

GRUPO DE TRABALHO

Classificações da Produção Intelectual e Qualis Periódicos

Relatório Final das Atividades do Grupo de Trabalho designado pela Portaria nº 64/2024

Apresentação dos resultados dos estudos e proposições advindos do Grupo de Trabalho criado pela CAPES, com a finalidade de subsidiar decisões no âmbito da pós-graduação.



Brasília, 30 de dezembro de 2024



Ministério da Educação
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Diretoria de Avaliação

**Relatório do grupo de trabalho classificações da produção intelectual e
qualis periódicos**

Apresentação dos resultados dos estudos e proposições advindos do Grupo de Trabalho criado pela CAPES, com a finalidade de subsidiar decisões no âmbito da pós-graduação.

MEMBROS DO GT:

**Representantes do Colégio de Ciências
Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar**

ANTÔNIO EDUARDO MARTINELLI

LUIS ANTONIO PESSAN

Coordenador

**Representantes do Colégio de Ciências da
Vida**

MANOEL DAMIÃO DE SOUSA NETO

Coordenador

RITA DE CÁSSIA BARRADAS BARATA

Representantes do Colégio de Humanidades

CAROLINA TELES LEMOS

ROGÉRIO MUGNAINI

**Representante do Fórum Nacional de Pró-
Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação
(FOPROP)**

CHARLES MORPHY DOS SANTOS

**Representante da Associação Nacional de
Pós-Graduandos (ANPG)**

NATALIA TRINDADE

**Representantes da Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior (CAPES)**

ANDRÉA CARVALHO VIEIRA

TALITA MOREIRA DE OLIVEIRA

Secretária executiva do GT

© 2024 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Esta obra é licenciada sob uma licença Creative Commons - Atribuição CC BY 4.0, sendo permitida a reprodução parcial ou total desde que mencionada a fonte.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 Diretoria de Avaliação

Relatório do grupo de trabalho classificações da produção intelectual e Qualis Periódicos / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. - Brasília: CAPES, 2024.

63 p. : il.

DOI: 10.21713/GTclassif

1. Produção intelectual. 2. Classificação. 3. Acesso aberto.
4. Procedimentos avaliativos. 5. Publicação em periódicos. I. Diretoria de Avaliação. II. Relatório do Grupo de Trabalho Classificações da Produção Intelectual e Qualis Periódicos.

CDU 378

CDD 378

Ficha elaborada pela bibliotecária Priscila Rodrigues dos Santos CRB1/3381

Resumo

A Portaria 64, de 28 de fevereiro de 2024, instituiu o Grupo de Trabalho (GT) Classificações da Produção Intelectual e Qualis Periódicos. O objetivo é subsidiar a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no aprimoramento dos processos avaliativos da produção intelectual dos programas de pós-graduação (PPGs) para as avaliações de permanência. Este relatório traz reflexões oriundas de levantamento feito junto às coordenações de área bem como de grupos de trabalhos anteriores da CAPES, identificados no correr do texto, e dos procedimentos adotados no ciclo avaliativo referente ao período de 2017-2020, que devem ser mantidos também para o ciclo 2021-2024. As sugestões apresentadas no presente relatório, portanto, são válidas para o ciclo avaliativo referente ao período 2025-2028.

PALAVRAS-CHAVE: Produção intelectual; Classificação, Acesso aberto

Listas de Siglas

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

PPG: Programa de pós-graduação

Neste relatório, utilizamos o termo avaliação quadrienal 2021-2022 para nos referirmos ao ciclo avaliativo referente ao período 2017-2020, o termo avaliação quadrienal 2025 para o ciclo avaliativo 2021-2024 e avaliação quadrienal 2029 para o ciclo avaliativo 2025-2028.

Sumário

Sumário

Resumo	3
Listas de Siglas	4
Sumário	5
Introdução	8
Metodologia.....	9
Apresentação e Discussão dos Resultados	10
1. Levantamento junto às Coordenações de Áreas e algumas reflexões.....	10
1.1 Como Classificações e Qualis são utilizados nas áreas?	10
1.2 Breves reflexões sobre o impacto do Qualis nas avaliações	14
2. Qualis periódicos: classificação dos artigos	15
2.1 Breve histórico	15
2.2 Qualis Referência adotado na avaliação quadrienal 2021/2022	17
2.3 Dificuldades no uso do QR e sugestões para resolução.....	19
2.4 Sobre a importância da manutenção dos preceitos do Qualis	22
3. Classificação de livros	24
3.1 Breve histórico	24
3.2 Avaliação dos livros pelas áreas	24
3.3 Procedimentos avaliativos.....	26
3.3.1 Escala de avaliação.....	26
3.3.2 Indicadores a serem utilizados	27
3.4 O uso do Qualis livros na quadrienal 2021-2022	28
3.5 Dificuldades operacionais	29
3.6 Sugestões	29
3.6.1 Para melhorias na coleta da informação	29
3.6.2 Quanto ao volume de produtos	30

3.6.3	Para classificação de obras literárias	30
4.	Qualis artístico-cultural	30
4.1	Breve histórico	30
4.2	Princípios para avaliação de produção artística-cultural	31
4.2.1	Critérios obrigatórios	32
4.2.2	Critérios classificatórios	32
4.2.3	Critérios de indução	33
4.3	Sugestões	33
4.3.1	Quanto à operacionalização e aprimoramento da coleta de informações	33
4.3.2	Critérios de indução e limites percentuais máximos	34
5.	Produção Técnico-Tecnológica	34
5.1	Breve histórico	34
5.2	Coleta das informações	35
5.3	Procedimentos avaliativos	40
5.4	Dificuldades operacionais	41
5.5	Sugestões	42
6.	Classificação de eventos	42
6.1	Breve histórico	43
6.2	Procedimentos avaliativos	44
6.2.1	Critérios obrigatórios	44
6.2.2	Critérios classificatórios	45
6.3.2	Critérios de indução	45
6.4	Sugestões	46
6.4.1	Sobre a qualidade da informação da coleta	46
6.4.2	Uso de identificadores	46
7.	Qualidade editorial, ética e acesso aberto	46
7.1	Práticas editoriais éticas	46
7.1.1	Boas práticas editoriais	46
7.1.2	Práticas editoriais antiéticas	47
7.1.3	Práticas autorais questionáveis	49
7.2	Publicação em periódicos de acesso aberto	49
7.2.1	Ciência aberta e acesso aberto: definições e histórico	49
7.2.2	Vias de publicação	50
7.2.3	Acesso aberto no Brasil	51

7.2.4 Iniciativas para publicação em acesso aberto no âmbito da CAPES	52
7.2.5 Desafios para um acesso aberto de qualidade.....	53
7.3. Sugestões	54
8. Qualis para além da avaliação dos PPGs	55
Conclusões e Recomendações.....	58
Referências	61
Agradecimentos	61

Introdução

A análise e classificação da produção intelectual são processos fundamentais da avaliação de permanência dos programas de pós-graduação (PPG). O aprimoramento desses processos, por meio da revisão de critérios e procedimentos, faz parte da dinâmica da avaliação. Exemplo da necessidade de aprimoramento são as demandas atuais quanto à temática da Ciência Aberta.

Assim, o atual grupo de trabalho (GT) revisou os documentos produzidos pelos grupos anteriores e conversou com pessoas chave, que propuseram e utilizaram os procedimentos. Com isso, foi possível olhar para o que foi feito na quadrienal 2021-2022, o que obteve sucesso, os desafios, o que não funcionou bem, para que então fosse possível propor sugestões de aprimoramento.

O trabalho apresentado neste relatório traz as reflexões e propostas para cada tipo de classificação de produção intelectual, a saber: o Qualis periódicos, a classificação de livros, o Qualis artístico-cultural, produção técnico-tecnológica e classificação de eventos. Além disso, traz uma reflexão sobre a qualidade editorial, ética e acesso aberto, a partir de referências na literatura e de iniciativas no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Metodologia

O GT fez um levantamento junto às coordenações de área por meio de formulário, com respostas computadas entre os dias 3 e 24 de março de 2024. As questões do formulário versavam sobre o uso do Qualis e das demais classificações na Avaliação Quadrienal 2021-2022 e as perspectivas para o uso nas avaliações subsequentes.

Foram revisitados os relatórios dos GT que trabalharam anteriormente com a classificação de produções intelectuais¹. A partir das respostas ao formulário e conversas com pessoas que estiveram envolvidas no trabalho inicial, foi possível mapear um breve histórico, os procedimentos de avaliação adotados pelas áreas e as dificuldades operacionais. Com isso, o grupo fez as sugestões e propostas de aprimoramento.

¹ Disponíveis em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/relatorios-tecnicos-dav-e-grupos-de-trabalho/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Apresentação e Discussão dos Resultados

1. Levantamento junto às Coordenações de Áreas e algumas reflexões

Neste relatório, utilizamos o termo avaliação quadrienal 2021-2022 para nos referirmos ao ciclo avaliativo referente ao período 2017-2020, o termo avaliação quadrienal 2025 para o ciclo avaliativo 2021-2024 e avaliação quadrienal 2029 para o ciclo avaliativo 2025-2028.

1.1 Como Classificações e Qualis são utilizados nas áreas?

Os dados apresentados na Figura 1 são resultado do levantamento feito junto às coordenações de área por meio de formulário, com respostas computadas entre os dias 3 e 24 de março de 2024. Duas áreas não responderam.

Na avaliação referente ao quadriênio 2017-2020, a maioria das áreas de avaliação utilizou a forma de agrupamento Qualis Referência 1 (QR1) do Qualis. Especificamente, 28 áreas (equivalente a 58%) utilizaram o QR1, 18 (38%) o QR2 e uma área utilizou ambos. “Ciências e Humanidades para a Educação Básica”, área de avaliação criada em 2023, não utilizou nenhum dos dois Qualis Referência, entretanto a área foi avaliada por uma comissão especial de avaliação dos Programas de Mestrado Profissional para Professores da Educação Básica (PROF/ProEB):

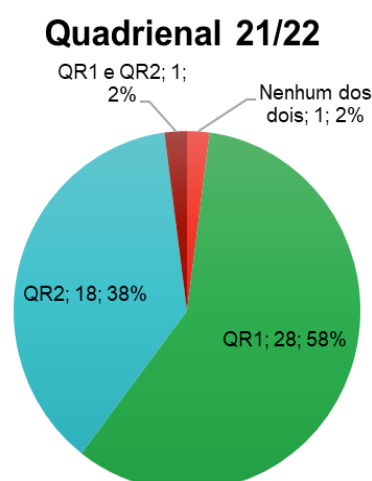


Figura 1. Uso dos Qualis Referência 1 e 2 pelas áreas de avaliação da CAPES na avaliação quadrienal referente ao período 2017-2020.

Ainda referente ao quadriênio 2017-2020, no caso da classificação de livros (Figura 2A), 29 áreas de avaliação a utilizaram e 19 não. A classificação de produtos artístico-culturais (Figura 2B) foi utilizada por sete áreas, enquanto a de produtos técnico-tecnológicos por 36 áreas e a de eventos por 12 áreas. Quanto à classificação de produção técnico-tecnológica (Figura 2C), 36 áreas (75%) responderam positivamente e 12 áreas (25%) não utilizaram a classificação. O percentual é o mesmo para classificação de eventos (Figura 2D), mas com sinal trocado: 36 áreas (75%) não utilizaram a classificação enquanto 12 áreas (25%) sim.

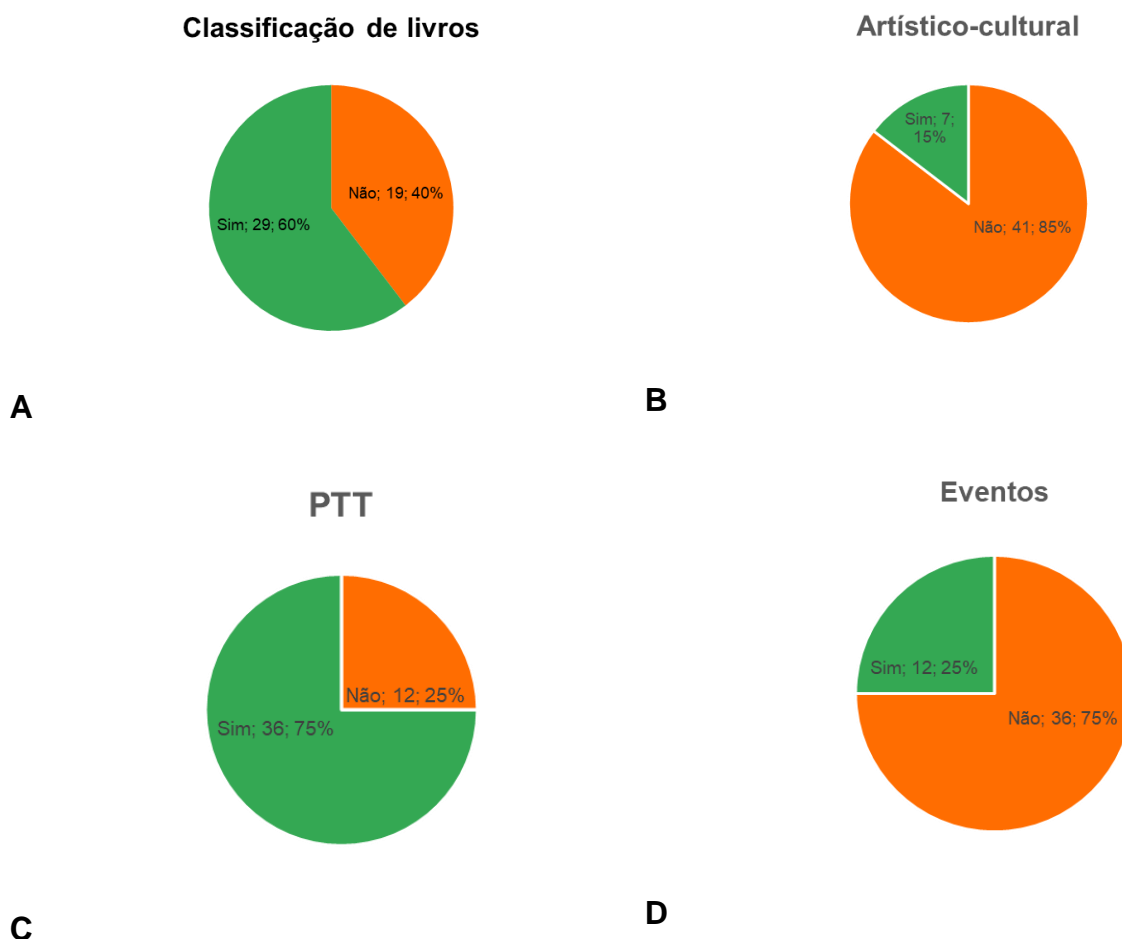


Figura 2. **A.** Uso da classificação de livros por áreas de avaliação. **B.** Classificação artístico-cultural. **C.** Classificação da produção técnico-tecnológica (PPT). **D.** Classificação de evento. Todos os percentuais referem-se à quadrienal 2021-2022.

Quanto ao questionamento sobre qual Qualis Referência a área pretende utilizar para a avaliação do quadriênio 2021-2024 (Figura 3), a ser completada em 2025, 27 áreas (56%) responderam que utilizarão o QR1, 19 (40%) o QR2, uma área utilizará ambos os Qualis Referência e uma área não utilizará nenhum dos dois.

O quadro é bastante diferente quando se considera a perspectiva das áreas para o uso dos Qualis Referência na avaliação do quadriênio 2025-2028, a ser completada em 2029 (Figura 4). Das áreas respondentes ao levantamento, 10 (21%) pretendem utilizar o QR1, nove (19%) o QR2, três (6%) devem utilizar o QR1 ou percentis, considerando também outras bases e uma área utilizará ambos os Qualis Referência. Um total de seis áreas (13%) ainda não definiu qual QR será utilizado e quase 40% dos respondentes responderam que não pretendem usar nem o QR1 nem o QR2 ou mesmo não usar mais o Qualis na avaliação.

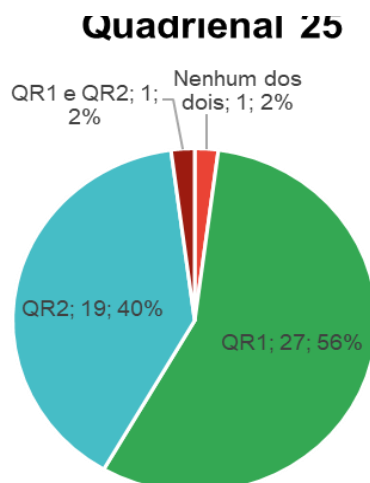


Figura 3. Previsão de uso pelas áreas dos Qualis Referência 1 e 2 para a avaliação quadrienal referente ao período 2021-2024.

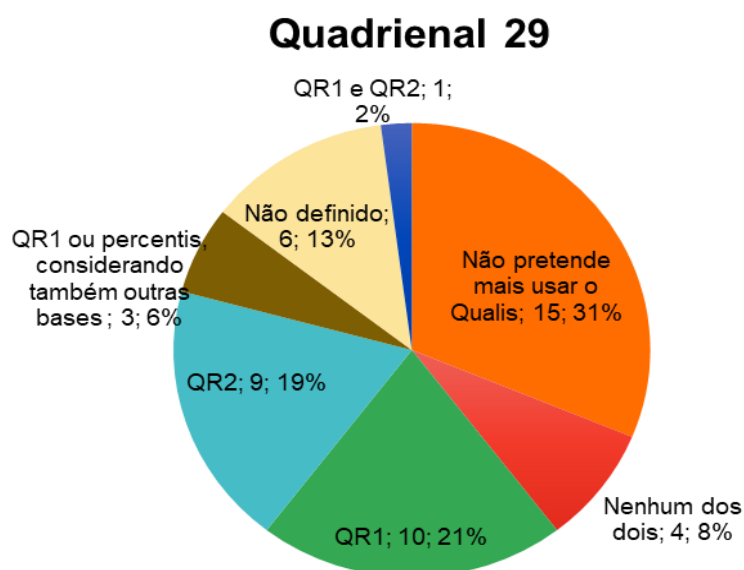


Figura 4. Previsão de uso pelas áreas dos Qualis Referência para a avaliação quadrienal 2029 (referente ao ciclo avaliativo 2025-2028).

A Tabela 1 sintetiza os principais pontos levantados nas questões abertas feitas no questionário respondido pelas áreas.

Tabela 1. Classificação das respostas abertas.

Resposta	Número de áreas de avaliação
Manter procedimento	3
Manter procedimento, mas cita outras bases de interesse	1
Percentis de bases utilizadas	9
Percentis e outras bases	3
Pré-definição de parâmetros da área	1
Problema com áreas mães	1
Qualis não discriminou, concentração em estratos superiores	3
Somente destaques/análise qualitativa	5
Usar o produto e suas métricas	2
Usar somente um tipo de Qualis para todos	1
Uso de quartis	1
Não informado	18
Total Geral	48

1.2 Breves reflexões sobre o impacto do Qualis nas avaliações

A partir das respostas ao levantamento realizado, é perceptível a existência de uma tendência crescente de que o sistema atual baseado no Qualis precisa ser aprimorado para evitar distorções e garantir uma avaliação mais justa e precisa. O desafio reside em encontrar um método que não apenas reflita a qualidade da produção, mas também leve em conta a diversidade editorial e os impactos específicos que cada área busca alcançar.

Entre as críticas ao Qualis, destaca-se a dificuldade de diferenciar adequadamente os programas e as áreas, especialmente quando a maioria da produção é classificada com as categorias mais altas (A1 e A2). Isso sugere a necessidade de incluir outras métricas como será discutido posteriormente neste relatório. Algumas áreas têm a intenção de abdicar do Qualis em sua avaliação quadrienal 2029, buscando formas alternativas de reconhecimento para a produção.

É perceptível uma tendência em direção à abordagem qualitativa na avaliação da produção acadêmica oriunda dos PPGs. Para o quadriênio 2025-2028, os dados do levantamento feito junto às áreas mostram claramente que algumas delas estão considerando mudanças significativas. A proposta de avaliar apenas a produção de destaque dos PPGs, com critérios bem definidos que incluem a coerência com a área e o impacto da produção, reflete um movimento iniciado na avaliação quadrienal 2021-2022 (referente ao ciclo avaliativo 2017-2020) que busca uma avaliação focada nos trabalhos considerados mais relevantes pelos programas

Será preciso discutir maneiras de aperfeiçoar a aferição da produção intelectual das áreas a partir de suas características intrínsecas (por exemplo, áreas cujas publicações são majoritariamente em periódicos de acesso aberto e em língua portuguesa devem ser avaliadas tendo essas particularidades como balizadores).

Questões práticas também aparecem como dificuldades operacionais. As mais citadas são ligadas à definição da área-mãe, que gera algumas distorções de enquadramento dos periódicos. No entanto, a metodologia de uso de percentis parece ser bem aceita, mesmo que se considerem outras bases bibliométricas e seus indicadores

2. Qualis periódicos: classificação dos artigos

2.1 Breve histórico

O Qualis periódico foi introduzido na avaliação dos PPGs no final da década de 1990 com a finalidade de substituir a simples contagem dos artigos científicos por uma qualificação baseada no periódico em que o artigo foi publicado. O primeiro modelo adotado perdurou até 2007 e contava com nove estratos derivados da classificação em periódicos de circulação internacional, nacional ou local e o grau de importância de cada um para a área de avaliação (A, B e C).

Diante da constatação de que a classificação não estava discriminando a produção científica a contento na maioria das áreas, concentrando-se no máximo em três ou quatro classes, a Diretoria de Avaliação (DAV) da CAPES propôs a reformulação da classificação no ano de 2008 e definiu alguns princípios básicos que deveriam ser observados por todas as áreas: todos os periódicos da lista em cada área (qualquer periódico em que pelo menos um docente, discente ou egresso tivesse publicado no triênio) deveriam ser classificados; as classes foram redefinidas em sete estratos, sendo os dois primeiros identificados pela letra A e os demais pela letra B, com a letra C reservada para publicações que não atendiam aos critérios mínimos ou que não poderiam ser catalogadas como periódicos científicos; no máximo 50% dos títulos poderiam ser classificados nos estratos A1, A2 e B1, sendo no máximo 25% em A1 ou A2, e o percentual em A1 menor ou igual ao de A2.

Cada área tinha liberdade de definir com que critérios trabalharia, fossem eles bibliométricos ou não, para estabelecer a classificação. Para 31 áreas foram adotados critérios de circulação e recepção dos periódicos pela comunidade (bases indexadoras e medidas bibliométricas variadas). Nas demais, foram utilizados critérios de circulação e visibilidade, além de aspectos formais de cada periódico (bases de indexação e aspectos como periodicidade, corpo editorial, revisão por pares etc).

Esse modelo foi usado até 2017 apesar dos problemas identificados ao longo dos anos. As principais dificuldades diziam respeito a: incompreensível diversidade de classificações para um mesmo periódico segundo as áreas de avaliação (o mesmo periódico poderia ser classificados do estrato A1 até o C); falta de comensurabilidade entre as classificações das diferentes áreas; dificuldade de ajuste interno em cada

área para disciplinas com perfis de citação muito distintos, o que prejudicava aquelas áreas com comunidades menores de pesquisadores; e ausência de um referencial externo que levava as áreas a estratificar os periódicos da lista como A1 ou A2 mesmo que tivessem circulação exclusivamente nacional, o que não incentivaria a busca por um diálogo internacional. Do ponto de vista operacional, praticamente todas as áreas tinham listas cada vez mais extensas, tornando o trabalho difícil e sujeito a erros.

Finalizada a avaliação quadrienal 2017, tanto o Conselho Técnico-Científico do Ensino Superior (CTC-ES) da CAPES quanto a comissão de acompanhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) apresentaram uma série de sugestões para a reformulação do Qualis, as quais buscavam resolver os problemas apontados. Assim, uma nova maneira de classificar os periódicos foi proposta para utilização na avaliação quadrienal que seria realizada em 2021.

Em junho de 2018, na 177ª reunião do CTC-ES, foi discutido um perfil dos critérios utilizados pelas áreas de avaliação e apresentadas sugestões para o aprimoramento do Qualis (Tabela 2).

Tabela 2. Distribuição das áreas de avaliação segundo os critérios utilizados para a classificação dos periódicos nos estratos do Qualis

Critérios	Áreas
Bases indexadoras, indicadores bibliométricos e qualitativos	17 (35,5%)
Bases indexadoras e indicadores bibliométricos	16 (33,3%)
Bases indexadoras e indicadores qualitativos	7 (14,5%)
Indicadores bibliométricos e qualitativos	4 (8,3%)
Indicadores bibliométricos	3 (6,3%)
Indicadores qualitativos	1 (2,1%)

Outra informação importante foi a da quantidade de periódicos classificados por apenas uma ou mais áreas de avaliação e as diferenças entre as classificações. Dos 26.626 periódicos classificados, 11.888 (44,6%) foram classificados por uma ou mais áreas no mesmo estrato, 6.853 (25,7%) em dois estratos diferentes, 4.371 (16,4%) em três estratos diferentes e os restantes 4502 (16,8%) em quatro ou mais estratos diferentes.

As recomendações apresentadas naquele momento basearam-se em três

princípios:

Princípio 1: Área de atuação do periódico

Cada área classificaria apenas os periódicos de sua área de atuação:

- Indexados: bases Scopus, WoS, SciELO e outras
- Não indexados: escopo de atuação conforme site do periódico

Foram apontados como desafios para a aplicação desse princípio a diversidade das classificações adotadas pelas bases indexadoras, os periódicos multidisciplinares e os periódicos não indexados sem definição específica de área de atuação. Os dois últimos aspectos puderam ser atendidos pela classificação como multidisciplinares podendo ser tratados pela área interdisciplinar

Princípio 2: Uso de critérios objetivos e indicadores normalizados

Para solucionar o problema das subáreas dentro de cada área de avaliação, deveriam ser usados indicadores normalizados para cada subárea, equalizando as diferentes disciplinas dentro da mesma área. Desse modo, subáreas diferentes se tornaram comparáveis para efeito de estratificação.

Princípio 3: Uso de critérios externos, nacionais e internacionais, para a elaboração das listas de forma a superar o que vinha sendo registrado pelas áreas

Essa foi uma tentativa para ampliar o escopo de publicação em cada área de modo a se aproximar do que é publicado mundialmente em cada área. Essa proposta respondia a cada um dos problemas anteriormente identificados, propondo uma classificação única para cada periódico, uso de critérios externos a partir do conjunto de periódicos indexados em cada base bibliométrica, equivalência e comparabilidade entre diferentes áreas e subáreas, adoção de critérios objetivos que permitissem a reprodutibilidade da classificação e estímulo à indexação e internacionalização da produção.

2.2 Qualis Referência adotado na avaliação quadrienal 2021/2022

Inicialmente, o GT instituído em 2018 propôs a adoção de uma lista única de periódicos de tal modo que cada um tivesse uma única classificação a ser adotada por todas as áreas, seguindo as recomendações discutidas pelo CTC-ES. Ao invés disso, foram criadas as chamadas área mãe e áreas irmãs para a definição das listas

em cada área de avaliação. A área mãe foi definida com base no maior número de artigos publicados em um período avaliativo ampliado (2013 a 2019). As áreas irmãs foram definidas como até três áreas com maior número de publicações no periódico,, sempre que havia área mãe com menos de 50% de publicações no periódico.

Foram adotados como bases de referência para extração dos indicadores bibliométricos as bases Scopus e a Web of Science (WoS), tendo em vista a maior cobertura e o uso pela maioria das áreas de avaliação.

Definiu-se que os percentis dos indicadores bibliométricos em cada subárea seriam adotados e, sempre que uma medida fosse calculada para mais de uma subárea, poderiam ser selecionados os valores mais altos, desde que convergentes com as áreas de avaliação.

Os limiares para a definição de cada estrato no Qualis seriam compostos pela divisão em oito partes iguais, já que a nova classificação propunha quatro estratos A (A1, A2, A3 e A4) e quatro estratos B (B1, B2, B3 e B4). Assim, o percentil 87,5 ou superior definiria o estrato A1, percentil 75-87,5 o estrato A2, percentil 62,5-75 o estrato A3, percentil 50-62,5 o estrato A4, percentil 37,5-50 o estrato B1, percentil 25-37,5 o estrato B2, percentil 12,5-25 o estrato B3 e percentil menor que 12,5 o estrato B4.

Para os periódicos não indexados nas bases Scopus e WoS, foi proposto inicialmente o uso do índice h5, disponibilizado pelo Google Acadêmico e ajustado por uma equação de regressão calculada com base na comparação entre o IF-JCR e o índice h5.

Uma vez que a maioria dos periódicos utilizados não estavam nas bases escolhidas, foram definidos dois modelos do Qualis referência: (1) QR1, construído com base nos indicadores bibliométricos das bases Scopus e WoS; e (2) QR2, construído a partir das bases indexadoras relevantes em cada área e o índice h5 do Google Acadêmico. A definição dos percentis foi construída a partir da criação de um “universo” de periódicos representativos em cada área.

O QR2 emprega a mesma estrutura e princípios do QR1. Os periódicos são estratificados em função do percentil que ocupam em suas respectivas subáreas do conhecimento, mas os percentis são obtidos com base, exclusivamente, no índice h5 do Google Acadêmico. Para adotar o QR2, portanto, a área precisa levantar uma base ampla de periódicos (idealmente o universo completo de periódicos da área), com seus respectivos índices h5, e agrupar o universo de periódicos nas subáreas do

conhecimento, região geográfica, idioma ou outros critérios de agrupamento de semelhantes, aplicados isoladamente ou em combinação.

Tanto para as áreas que adotaram o QR1 quanto para as áreas que adotaram o QR2, foram autorizados ajustes em até 20% das classificações (um estrato para cima ou para baixo) e em até 10% das classificações (dois estratos para cima ou para baixo) com explicitação dos critérios adotados nesses casos.

2.3 Dificuldades no uso do QR e sugestões para resolução

Como destacado anteriormente, o Qualis Referência solucionou diversos dos problemas diagnosticados, porém novas dificuldades surgiram na última quadrienal. Com base em relatos de coordenadores de área, manifestações públicas de alguns setores acadêmicos e avaliação dos atuais coordenadores de área, destacamos os seguintes problemas e indicamos sugestões de resoluções a serem implementadas na avaliação quadrienal 2029, referente ao ciclo avaliativo 2025-2028:

Problema 1: Definição das listas: adoção operacional da “área mãe” e “áreas irmãs”

Há dificuldades no uso dessas definições para a elaboração das listas de cada área do conhecimento. O mais evidente é a estranheza provocada na comunidade ao encontrar periódicos que notadamente não são de um determinado campo, mas estão arrolados apenas com base no número de artigos publicados em cada área. Muitas vezes, um único artigo acaba por alocar um periódico a uma área estranha. Adotar esse critério empírico produz instabilidade nas listas, pois, a cada edição do Qualis, periódicos podem ser movidos de uma área para outra.

O ideal seria adotar a classificação dos periódicos por área de conhecimento de sua indexação nas bases bibliométricas ou pela missão e abrangência definida pelos próprios editores. Desse modo, a lista poderia ser mantida sem alterações a cada ano, apenas com os acréscimos de novos periódicos ou daqueles que ainda não haviam sido utilizados pelos PPGs.

Ainda que os critérios de construção da classificação estejam mais unificados, pode persistir a impressão de que o resultado da classificação seria diferente se o periódico fosse avaliado em sua própria área. Tal percepção, correta ou não, provoca ruído na comunidade de pesquisadores e entre os editores de periódicos.

Sugestão: adotar classificação dos periódicos por suas áreas de conhecimento, mesmo que em certos casos seja necessário estabelecer um acordo prévio entre

áreas de avaliação que poderiam abrigá-los igualmente. A negociação entre áreas antes de considerar as listas definitivas será sempre necessária, permaneça ou não a operacionalização baseada na concentração dos artigos.

Problema 2: Necessidade de usar outras bases indexadoras específicas para algumas áreas com abrangência e cobertura maior do que as bases utilizadas atualmente

Diversas áreas dispõem de bases específicas para seu campo de conhecimento e reivindicam o uso dessas bases em vez das que foram adotadas pelo Qualis Referência, o qual atende bem apenas uma parte das áreas de avaliação. *A priori*, novas bases poderiam ser utilizadas desde que cumprissem os princípios gerais que nortearam a reformulação do Qualis.

Sugestão: avaliar a abrangência, os critérios de indexação adotados e a possibilidade de incorporação de outras bases dedicadas a campos mais específicos do conhecimento, como PsycINFO, SPELL, EconLit, Educ@, CUIDEN e MathScinet. Com relação ao QR2, tendo em vista as dificuldades operacionais do uso do h5 obtido no Google Acadêmico, têm sido buscadas alternativas que facilitem o trabalho. Nesse sentido, como uma das possibilidades, a equipe da DAV está analisando a viabilidade da adoção de um novo recurso, o OpenAlex. No entanto, a cobertura da base ainda é insatisfatória. Desse modo, é possível que ela possa ser usada para parte dos periódicos, sendo complementada, por exemplo, pelo Google Acadêmico para os demais.

Problema 3: Possibilidade de usar outros indicadores que não aqueles utilizados no QR1 e QR2

Algumas áreas relatam que gostariam de usar outros indicadores. Entendemos que indicadores referentes a periódicos publicados em repositórios do tipo ArXiv e bioRxiv entrariam nessa categoria. Seria importante analisar esses indicadores para verificar se os princípios que orientaram a revisão do Qualis poderiam ser atendidos com o uso dessas métricas.

Sugestão: as áreas que gostariam de usar outros indicadores deveriam explicitá-los para que fossem apreciados quanto à possibilidade de atendimento aos princípios norteadores do Qualis Referência.

Problema 4: O uso excessivo dos ajustes facultados nessa primeira utilização do

Qualis Referência acaba por comprometer os princípios gerais

Desde a introdução do Qualis como uma das ferramentas da avaliação dos PPGs, sempre foi admitido que as áreas dessem maior ênfase a certos periódicos nacionais como forma de alavancar essas publicações e fortalecê-las para que pudessem buscar indexação em bases internacionais. Tal estratégia visa o fortalecimento dos periódicos brasileiros como meio de divulgação da ciência do país. No entanto, admitir até 30% de ajustes pode comprometer os princípios gerais buscados pela reformulação do Qualis e criar distorções importantes quando essas classificações alteradas são absorvidas por outras áreas

Sugestão: restringir a possibilidade de ajuste a um conjunto pequeno e relevante de periódicos em cada área, com justificativas convincentes dos procedimentos adotados, necessariamente passando pela aprovação do CTC-ES. Torna-se necessário a redução dos ajustes na classificação de periódicos, conforme anteriormente indicada pelo GT Qualis, finalizado em setembro de 2020². Esse GT sugere que a redução seja de até 10% para a mudança de um nível e de até 5% para a mudança de dois níveis, preferencialmente restrita a periódicos publicados no Brasil e devidamente justificada. Seria preciso analisar com mais detalhes as dificuldades apontadas presumivelmente decorrentes da aceitação da classificação de periódicos realizada por outras áreas. A rigor, tal problema não deveria existir se todas as áreas usassem indicadores normalizados conforme proposto.

Problema 5: Repartição em partes iguais dos percentis para formação dos estratos

O fato de simplesmente dividir a distribuição em oito partes iguais diminuiu a possibilidade de maior discriminação entre periódicos com altas taxas de competição e outros nem tão exigentes. Esse efeito foi relatado em áreas bem consolidadas, que anteriormente operavam para preenchimento do estrato A1 com percentil 90 ou 95. Ao diminuir esse ponto de corte para 87,5 após anos de uso do critério anterior, muitos artigos foram alocados nos dois primeiros estratos, reduzindo, relativamente, a capacidade de discriminar a produção própria dos programas de excelência (notas 6 e 7) daquela dos programas muito bons (nota 5).

Sugestão: estabelecer pontos de corte diferentes entre os estratos trabalhando com percentis que efetivamente sejam capazes de distinguir grupos de periódicos com

² Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/relatorios-tecnicos-dav-e-grupos-de-trabalho/relatorios-de-grupos-de-trabalho-tematicos>. Acesso em: 10 dez. 2024.

maior ou menor prestígio na comunidade internacional. Para estabelecer novos pontos de corte será necessário realizar estudos empíricos para estimar os impactos em diferentes áreas.

2.4 Sobre a importância da manutenção dos preceitos do Qualis

Várias das áreas que disseram não pretender usar o Qualis a partir da avaliação de 2029 mencionam que devem utilizar diretamente os indicadores, sem a necessidade de elaborar o Qualis, visando a criação de um meio mais simples de qualificar a produção em artigos. No entanto, este GT considera que a existência dos preceitos que balizam o Qualis permite automatizar a classificação dos artigos, facilitando a utilização da informação na avaliação, o que é especialmente válido para áreas em que existe um número grande de PPGs.

Mesmo que as áreas não pretendam analisar a produção total do PPG e decidam apenas considerar os destaques indicados, ter esses produtos previamente classificados a partir dos preceitos do Qualis facilitaria a avaliação, garantiria a padronização dos procedimentos e forneceria dados para estudos e análises comparativas da produção científica brasileira. Além disso, dadas as características do Qualis referência, ainda que não pretendam utilizá-los, espera-se que todas as áreas elaborem seus respectivos Qualis, permitindo, assim, o uso pelos demais. Fica a dúvida sobre qual procedimento será adotado nas áreas que optarem por não utilizar o Qualis para a avaliação da produção de seus PPGs e qual o possível impacto dessa decisão para as outras áreas e para análises estatísticas comparativas futuras.

A partir dos dados apresentados na Figura 4 deste relatório, o GT refletiu sobre a pertinência e a importância da manutenção dos preceitos do Qualis periódicos como uma das ferramentas do processo de avaliação. Dois aspectos merecem ser levados em conta:

- a) a possibilidade de classificação automática com revisão posterior pelas comissões, garantindo padronização ao longo da avaliação e minimizando os erros que ocorreriam caso as classificações fossem feitas para cada produto no momento da avaliação, dado o volume de produtos, mesmo que considerados apenas os de destaque, e o número de pessoas envolvidas no processo; e
- b) o papel da plataforma Sucupira como sistema de registro dos dados da pós-graduação brasileira, úteis tanto para avaliações do próprio sistema nacional e

da produção científica brasileira quanto para a definição da política de ciência e tecnologia do país.

Assim, a existência do Qualis não impõe às diferentes áreas uma mesma e única forma de utilização. É preciso refletir sobre os indicadores desenhados para a avaliação e problematizar se seu uso apoia os princípios defendidos pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) ou promove indiretamente distorções indesejáveis.

Outro ponto a ser considerado é a impossibilidade de uma decisão unilateral sobre elaborar ou não o Qualis, uma vez que a participação de todas as áreas é necessária para a existência do Qualis Referência.

Vale lembrar o esforço feito ao longo dos anos para buscar maior convergência entre a avaliação realizada pelas diferentes áreas, buscando fortalecer o SNPG e impulsionar o crescimento equilibrado das diferentes áreas. Não se trata de ignorar as particularidades de cada área, mas de construir uma base comum que possa ser compartilhada por todas. Do mesmo modo que foi possível definir uma Ficha de Avaliação com os mesmos quesitos e itens, é importante manter o mesmo princípio na elaboração dos outros instrumentos da avaliação.

O processo corrente de avaliação dos PPGs com maior ênfase aos aspectos qualitativos e formativos reposiciona o Qualis na avaliação. Portanto, este GT entende que ele continua útil, porém, como instrumento interno a ser utilizado durante a avaliação. A partir do reposicionamento do Qualis como instrumento interno, e considerando o que já é praticado nas outras classificações (livros, eventos, produção técnica e artístico-cultural), vale refletir a respeito da pertinência da divulgação da lista Qualis periódicos. Manter o Qualis como apenas instrumento interno pode, inclusive, evitar usos inadequados, conforme discutido na seção 9 (Qualis para além da avaliação dos PPGs) deste relatório. É compreendido neste GT, entretanto, a necessidade de reforço junto à comunidade (discentes de pós-graduação, docentes e gestores, bem como editores de periódicos) e do desenvolvimento de ações de comunicação por parte da CAPES, da ideia do Qualis como um dos mecanismos construídos para avaliação dos PPGs e não como uma medida de qualidade dos periódicos.

Dado o aperfeiçoamento do modelo de avaliação com base na análise qualitativa pelo qual a avaliação dos PPGs está passando, o GT sugere a necessidade da manutenção de um grupo permanente na DAV para discussão sobre as

classificações da produção intelectual e Qualis Periódicos.

3. Classificação de livros

3.1 Breve histórico

Até a avaliação trienal de 2013, a maioria das áreas que avaliavam livros desenvolveu sistemas próprios para coleta e análise desta produção. Esses sistemas customizados facilitaram grandemente a avaliação, até então feita manualmente por meio de fichas impressas preenchidas e enviadas pelos PPGs junto com um exemplar do livro.

Com a implantação da Plataforma Sucupira, apenas as informações inseridas no sistema seriam consideradas no processo de avaliação. Assim, os dados que caracterizavam os livros e capítulos passaram a ser inseridos na Plataforma. Essas informações foram definidas depois que uma comissão compilou o conjunto de informações que as Áreas utilizavam.

Conforme ocorreu na avaliação quadrienal 2017, o conjunto de indicadores utilizados na classificação de livros foi extraído das informações constantes na Plataforma Sucupira, após a auditoria com base no exemplar da obra.

3.2 Avaliação dos livros pelas áreas

Toda a produção bibliográfica sob a forma de livros é registrada nos Sistemas da CAPES, com as informações básicas que as caracterizam, conforme definido pelo GT Qualis Livros³. Os livros avaliados pelas áreas e inseridos nos sistemas da CAPES são classificados na escala L1 a LNC. Fica a critério de cada área, considerando o volume total da produção de livros a ser avaliada, a utilização apenas dos indicadores do Quesito I ou o uso, também, dos indicadores do Quesito II e III.

Para as áreas em que o volume de itens a avaliar for elevado, a classificação da totalidade das obras poderia ser feita com base apenas nos indicadores formais da qualidade do livro, constantes no Quesito I, que forem selecionados em cada área. Os indicadores do Quesito II e III, de natureza mais qualitativa e que requerem o exame de cada produto *per se*, poderiam ser utilizados apenas na avaliação das produções

³ Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/12062019-proposta-de-classificacao-de-livros-gt-qualislivro-pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

indicadas pelos programas como as mais relevantes do período.

Para as áreas que considerarem viável avaliar a totalidade dos itens publicados pelo emprego dos três Quesitos, tanto os indicadores formais como os indiretos e diretos de qualidade são pertinentes. Nesse caso, o exame da produção seria objeto de uma avaliação mais detalhada dos critérios de relevância, inovação e impacto (que na ficha detalham a denominada avaliação substantiva da obra, indicador do Quesito III).

Esses exemplos ressaltam que cada área pode escolher os Quesitos e o conjunto de indicadores que irá utilizar, considerando tanto os aspectos tidos como mais relevantes para sua produção quanto o volume total da produção a ser avaliada. É importante preservar tal liberdade de escolha das áreas, como também sua autonomia para destinar os pontos dos quesitos, dos itens e dos indicadores. Os pontos de um conjunto de “indicadores” equivalem ao total de pontos do “item”. A soma do conjunto de “itens” totaliza o “quesito”. A soma dos “quesitos” totaliza o valor de pontos de uma obra. A nota final de cada obra deve variar de 0 a 100, com os pontos de corte sugeridos anteriormente.

Um outro aspecto é o peso, que varia entre as áreas, de cada item (livro completo, capítulos e verbetes) na avaliação dos PPGs. Embora não seja consensual, é possível conceber um peso a ser seguido por todas as áreas, que pode fazer avançar a redução das disparidades diagnosticadas. Vale ressaltar que esse peso não teria qualquer impacto no interior de cada área, já que todos os programas seriam comparados a partir de uma régua comum, o que facilitaria a comparação entre áreas. Utilizando-se a escala de cinco pontos, pode-se sugerir os seguintes pesos para obras integrais, capítulos de coletâneas/livros e verbetes (prefácio de natureza teórica com produção de conhecimento significativa para a área poderá ser avaliado como capítulo; a soma da pontuação dos capítulos e dos verbetes de uma única obra não pode exceder a pontuação da obra integral em qualquer um dos estratos):

Estratos	Livro integral	Capítulos	Verbetes
L1	300	100	70
L2	240	80	50
L3	180	60	30
L4	120	40	10
L5	60	20	5
LNC	0	0	0

Cada área pode alterar tais valores, já que isto não afetaria a comparabilidade entre seus PPGs, embora diminua a comparabilidade dos seus resultados com as demais áreas.

3.3 Procedimentos avaliativos

Na avaliação de livros, cada obra é singular e deve ser avaliada *per se*, tomando a obra como unidade de avaliação e não seus capítulos específicos, como é o caso de coletâneas e dicionários.

Uma questão que se coloca é se os livros deveriam ser lidos e avaliados no seu conteúdo. Assim, mesmo lidando com indicadores indiretos da qualidade do livro, seu exame é fundamental para que a avaliação não se apoie apenas em informações prestadas pelos PPGs. O GT considera que essa lógica do processo de avaliação do livro deve ser preservada, o que envolve:

- a) a inserção, pelos programas, de um conjunto de informações sobre a obra;
- b) a auditoria de tais informações pela comissão de área, a partir da obra completa ou de partes específicas disponibilizados pelos próprios programas nos Sistemas da CAPES;
- c) a transformação do conjunto de indicadores em uma pontuação que qualifica a obra em uma escala de 0 a 100 pontos;
- d) a transformação do escore em um nível da escala utilizada para avaliar os livros;
- e) a extensão do conceito do livro para todos os capítulos e verbetes, nos casos de coletâneas e dicionários, respectivamente; e
- f) a transformação da qualidade do item em uma pontuação para o Programa.

3.3.1 Escala de avaliação

Para o GT Qualis Livros de 2019, a escala de avaliação dos livros deve ser comparável à de produtos técnicos e artísticos, envolvendo cinco níveis, respeitando-se a seguinte ordem:

- L1 (elevada qualidade), L2, L3, L4 e L5 (menor qualidade).
- LNC (não classificado seria atribuído a possíveis itens incluídos pelos PPGs, mas que não atendem os requisitos que definem um livro, podendo ser cartilhas, material didático etc.).

Considerando-se os ISBNs únicos (cada título), o preenchimento dos estratos deve atender os seguintes critérios de distribuição:

- $L1 < L2$
- $L1 + L2 \leq 40\%$
- $L3 + L4 + L5 \geq 60\%$

Os percentuais se aplicam ao total de livros de uma determinada área e não ao total de itens publicados (já que um mesmo livro, com um único ISBN, pode gerar vários itens de produção quando são coletâneas ou dicionários).

3.3.2 Indicadores a serem utilizados

Há três quesitos de avaliação, cada um deles composto por um conjunto de indicadores a se utilizar para a avaliação dos livros:

1. Características formais extraídas das informações prestadas pelos PPGs sobre cada obra ou dos dados bibliográficos enviados à CAPES.
2. Conjunto de indicadores indiretos de qualidade decorrentes do exame da obra em si.
3. Indicadores de avaliação direta de qualidade para as Áreas que, preferencialmente, mantiverem a leitura completa da obra como elemento do processo de avaliação.

Para as áreas que mantiverem a leitura completa da obra como elemento do processo de avaliação substantiva do conteúdo, sugere-se acrescentar os seguintes indicadores, componentes do Quesito III:

- **Inovação** – Classificam-se como obras inovadoras aquelas que apresentam: originalidade na formulação do problema de investigação; caráter inovador do objeto, da formulação teórica e da metodologia adotada; contribuição renovadora para o campo do conhecimento, para aplicações técnicas e/ou sociais; originalidade na formulação do problema de investigação; caráter inovador da abordagem ou dos métodos adotados; contribuição inovadora para o campo do conhecimento ou para aplicações técnicas.
- **Relevância** – São consideradas relevantes as obras que apresentam: consistência teórica e crítica, coerência e integração dos conceitos e da terminologia utilizada; contribuição para o desenvolvimento científico da área; contribuição para a resolução de problemas nacionais relevantes; atualidade

da temática; clareza e objetividade do conteúdo no que se refere à proposição, exposição e desenvolvimento dos temas tratados; rigor científico; precisão de conceitos, terminologia e informações; senso crítico no exame do material estudado; bibliografia que denote amplo domínio de conhecimento; qualidade das ilustrações, linguagem e estilo.

- Impacto – São consideradas obras com potencial de impacto aquelas que contribuem para o desenvolvimento científico e cultural e para reflexão crítica sobre questões nacionais e internacionais. Considera-se também como potenciais indicadores de impacto: obras com circulação e distribuição prevista; língua da publicação; tradução, reimpressão ou reedição; possíveis usos no âmbito acadêmico e fora dele; resenhas; citação em editais ou referências de componentes curriculares, entre outros.

3.4 O uso do Qualis livros na quadrienal 2021-2022

A partir das respostas ao questionário (Figura 2A) e dos relatórios da avaliação foi possível identificar as diferentes formas de uso para o Qualis livros nas 28 áreas que fizeram esse tipo de avaliação. Cerca de 60% decidiram avaliar a produção completa apresentada pelos PPGs, enquanto 40% optaram por avaliar apenas os destaques indicados. A proporção de destaques sugeridos pelas áreas variou bastante e apenas uma das áreas definiu esse quantitativo de maneira proporcional ao número de docentes permanentes de cada programa.

A ficha proposta pelo GT Qualis livros foi utilizada por 74% dos programas, total ou parcialmente, nos quesitos I e II, que permitem análise dos aspectos formais e indiretamente dos aspectos qualitativos das obras. Já o quesito III, que avalia diretamente características qualitativas da obra, foi aplicado por 25% dos programas à produção total e por 32% apenas aos destaques. Uma das áreas criou critérios próprios para a avaliação qualitativa ampliando os itens contidos no quesito III.

A indicação do GT Qualis livros para a classificação das obras nos estratos foi seguida por 68% das áreas, enquanto as demais criaram classificações próprias adotando divisão dos pontos em quintis ou definindo as características qualitativas correspondentes a cada estrato sem utilizar as pontuações.

Finalmente, para as 21 áreas que registraram o volume de produtos analisados, foi possível estabelecer a amplitude de variação e o valor médio e mediano. O menor número de produtos avaliados foi 93 e o maior 7.779, com média de 1.950 e mediana

de 1.473 produtos, dando uma ideia da magnitude do esforço despendido por todas as comissões.

3.5 Dificuldades operacionais

Algumas das dificuldades operacionais identificadas foram:

- Qualidade das informações prestadas pelos PPGs – por exemplo, a não anexação dos textos ou links necessários para a avaliação qualitativa dificulta sua avaliação.
- Volume de produtos, com parte considerável não atendendo aos critérios mínimos para serem considerados na classificação de livros.
- Falta de padronização sobre quais produtos deveriam ser considerados para a avaliação de livros, se apenas aqueles com produção acadêmica ou também aqueles com produção pedagógica e afins, e se as áreas avaliariam livros e capítulos de livros dos programas acadêmicos ou dos profissionais (ou ambos).
- Dificuldades na classificação de obras literárias como contos, novelas, poemas e romances, uma vez que elas não puderam ser encaixadas nem entre a produção acadêmica nem na produção artístico-cultural.

3.6 Sugestões

3.6.1 Para melhorias na coleta da informação

Para que se tenha um processo automatizado de cálculo do Quesito I e do Quesito II, é necessário que os campos constantes no formulário do Coleta disponível estejam adequadamente preenchidos.

É preciso criar um módulo de avaliação que assegure a liberdade de cada área escolher os indicadores e gerar o conceito de cada livro e de cada item. Outro elemento importante é que o módulo de avaliação deve ter como unidade a lista de livros/obras e seus ISBNs únicos. Não são avaliados capítulos e verbetes individualmente. Após a avaliação da obra, a classificação atribuída é levada para todos os itens a ela vinculados pelo mesmo ISBN. Ou seja, trata-se de um procedimento análogo ao da avaliação dos periódicos, no qual os periódicos são avaliados e o Qualis periódicos a eles atribuído é levado para todos os artigos ou itens vinculados ao mesmo ISSN.

Uma sugestão é manter o template, que buscou ser o mais abrangente

possível, para permitir que cada área possa montar sua própria ficha de maneira flexível. Assim, cada área poderia selecionar os quesitos e indicadores que utilizará, definir o peso de cada quesito e indicador, incluir ou retirar categorias e fixar os pontos de cada categoria. Indicadores para as fichas de avaliação podem ser encontrados no site da CAPES⁴.

3.6.2 Quanto ao volume de produtos

Considerando o alto volume da publicação de livros, o que é especialmente relevante em algumas das áreas de avaliação, e visto que tal volume pode levar à inviabilidade da avaliação qualitativa (Quesito III) dos produtos em sua totalidade, este GT sugere que sejam avaliados, para além das produções destacadas, um percentual máximo de livros ou capítulos de livro, definido pela área, em relação à dimensão do corpo docente permanente ou aos estratos superiores.

3.6.3 Para classificação de obras literárias

As áreas que utilizam a classificação de obras literárias poderiam elaborar um modelo para o registro e a avaliação destas para que seja estudada a viabilidade da adaptação da ficha a esse tipo de produto.

4. Qualis artístico-cultural

4.1 Breve histórico

Entende-se por produção artística-cultural os produtos e processos criativos, poéticos e interpretativos que resultam de pesquisa acadêmica, produzida no âmbito dos PPGs, expressos por meio de linguagens visuais, cênicas, musicais, literárias etc. Cabe frisar que a avaliação recai não na obra em si e sim no contexto de sua apresentação pública e de seu impacto para o desenvolvimento da área e do conhecimento científico.

A proposta de Qualis artístico-cultural busca contemplar as especificidades dessas áreas, estabelecendo uma estrutura básica a partir da qual podem ser criados

⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/12062019-proposta-de-classificacao-de-livros-gt-qualislivro-pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

indicadores, pesos e métricas particulares. Sugerimos a manutenção do mesmo indicador de qualificação empregado nos demais Qualis da Capes (A1 a C). O primeiro desafio enfrentado foi como incluir a produção intelectual das áreas externas ao campo de Artes, de modo a contemplar um espectro mais amplo do saber produzido nos PPGs. A sugestão de troca do nome para Qualis artístico-cultural e a incorporação de quatro novas categorias de produção intelectual – “cinema e audiovisual”, “etnografias audiovisuais”, “escrita literária” e “projeto arquitetônico, urbanístico, paisagístico, gráfico e de produto” – responde a esse desafio. Foi elaborada uma proposta de pontuação e estratificação e adotados três níveis de critérios avaliativos, a saber:

- a) Critérios obrigatórios: são aqueles que os produtos devem cumprir para virem a ser qualificados;
- b) Critérios classificatórios: são os critérios que pontuam e a partir dos quais será realizada a estratificação (A1 a C, ou outros, caso haja mudança nesses estratos usados pela CAPES em outros Qualis);
- c) Critérios indutores: são aqueles que podem ser utilizados quando o produto mostra-se particularmente relevante para o desenvolvimento da área (para a formação discente, por situar-se em região estratégica para o desenvolvimento da área, por avançar as fronteiras do conhecimento científico ou por possuir uma especial relevância regional, nacional ou internacional de acordo com os objetivos do Programa).

Na quadrienal 2021-2022, a classificação de produtos artístico-culturais foi utilizada por sete áreas (Figura 2B).

4.2 Princípios para avaliação de produção artística-cultural

Para que uma produção artístico-cultural seja qualificada, é necessário que atenda a um conjunto de requisitos mínimos, os quais devem ser avaliados periodicamente pela área correspondente, em diálogo com a comunidade científica.

Segue um elenco de requisitos para indicar a qualidade da produção e uma discussão sucinta de sua importância. Em linhas gerais, as produções devem ser avaliadas em função de seu impacto e, complementarmente, de seu papel indutor na comunidade nacional.

4.2.1 Critérios obrigatórios

São critérios considerados obrigatórios:

1. Aderência à pesquisa desenvolvida no PPG (vínculo com a linha, o projeto, o grupo ou a rede de pesquisa). Para avaliação deste item, o pesquisador deve:
 - a) Informar nome da linha/projeto/grupo/rede de pesquisa com o qual a produção está vinculada.
 - b) Justificar o vínculo.
 - c) Caracterizar o objetivo da produção: descrever se é experimental, inovadora, de aplicação social etc.
2. Apresentação pública da produção. Para avaliação deste item, o pesquisador deve:
 - a) Informar nome do evento, local, instituição, data e cidade.
 - b) Caracterizar a demanda: especificar se o recorte do público é local, regional, nacional ou internacional.
 - c) Detalhar o contexto da apresentação.
3. Acesso permanente aos resultados da produção. Para avaliação deste item, o pesquisador deve informar link do repositório (Capes, Programa, IES, outros) que disponibilize registros da produção (documentos bibliográficos, fotografias, fonogramas, videofonogramas etc.)

4.2.2 Critérios classificatórios

Segundo definido pelo GT Qualis artístico-cultural⁵, a classificação artística-cultural baseia-se na avaliação dos produtos, com valor máximo de 40 pontos, e de seu impacto, com valor máximo de 60 pontos.

Para avaliação dos produtos, uma série de itens deve ser levada em consideração. Para os projetos artísticos/culturais, deve-se considerar a composição do comitê curador, científico ou organizador do evento/instituição (local, regional, nacional, internacional), bem como quais os artistas/pesquisadores participantes (se local, regional, nacional, internacional) e a qualidade da realização técnica do produto audiovisual de acordo com a sua proposta (se pertinente, conforme a Área). Para o reconhecimento da área, deve-se informar edital, seleção ou convite institucional, qual

⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-qualis-artistico-classificacao-de-eventos-pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

o tipo de financiamento, apoio, incentivo e patrocínio e quais premiações e indicações para prêmios foram oriundos dessas ações. Quanto aos impactos, deve-se avaliar registro e difusão e sua relevância cultural, social e acadêmica.

Para o registro e difusão, é preciso descrever: a existência de catálogos, material didático, registros fonográficos e audiovisuais, e outras mídias; como foi a turnê, temporada, exposição, itinerância, festival, mostras, feiras etc.; veiculações em redes de rádio, televisão e outras mídias; e processos de acessibilidade: libras, audioguias, áudio-descrições, legendas, traduções etc.

Quanto à relevância cultural, social e acadêmica, solicita-se descrever o impacto social e cultural com relação ao público contemplado, quais os avanços para o conhecimento, justificando inovação social, cultural e/ou tecnológica, e a relevância da abrangência, de acordo com os objetivos da pesquisa do PPG.

4.2.3 Critérios de indução

Entre os critérios de indução, destacam-se:

1. Relevância para a formação discente.
2. Relevância para a área em regiões estratégicas.
3. Relevância acadêmica (avanço científico-acadêmico).
4. Relevância local, regional, nacional, internacional.

4.3 Sugestões

4.3.1 Quanto à operacionalização e aprimoramento da coleta de informações

Foram inseridos na Plataforma Sucupira diversos campos de preenchimento nos formulários de produção intelectual, visando registrar as informações solicitadas pelo GT Qualis artístico. Contudo, essa ação tornou os formulários muito extensos, o que gerou reclamações da comunidade. Mesmo que as áreas não exijam todos os tipos de produções, quando os PPGs preenchem os formulários em sua totalidade, gera-se um trabalho operacional excessivo.

Como forma de aprimoramento desse procedimento, sugere-se modificação na coleta das produções intelectuais. O ideal seria que o formulário de produção solicitasse as informações cadastrais mínimas necessárias para a identificação da produção e geração de estatísticas de publicação. Já as informações adicionais para identificação de impacto, inovação, compartilhamento de conhecimento e análise

qualitativa deveriam ser coletadas no formulário de destaques.

4.3.2 Critérios de indução e limites percentuais máximos

Sugere-se revisão técnica dos percentuais pela DAV, em contato com as coordenações de áreas, e avaliação do CTC-ES para os casos que ultrapassarem os limites máximos

5. Produção Técnico-Tecnológica

5.1 Breve histórico

Em 2019, o GT sobre produtos técnicos-tecnológicos (PTT) definiu 21 diferentes produtos como os mais relevantes para o SNPG e estabeleceu as informações essenciais para cada um deles. Elas incluem definição, exemplos, campos descritivos obrigatórios e opcionais, correlacionados com as opções e campos das plataformas Sucupira e Lattes. Também foi determinado se a produção deve ser incluída no repositório, classificando e justificando as produções e subtipos como técnico ou tecnológico. Além disso, discriminou-se se a produção é resultado do trabalho do PPG ou de trabalho individual do docente, independentemente de sua afiliação a um programa específico. O GT também sugeriu o ranqueamento dos PTT em seis estratos: T1 (maior valor) a T5 (menor valor) e TNC (produto não pontuado).

O GT entendeu que o produto tecnológico é um resultado concreto de alto nível de inovação, originado da aplicação de novos conhecimentos científicos, técnicas e expertise adquirida na pesquisa de pós-graduação. Esse produto é diretamente aplicado para resolver desafios enfrentados por profissionais, instituições e empresas na produção de bens e prestação de serviços à comunidade, com foco no bem-estar social. A distinção entre um produto tecnológico e um produto técnico é baseada em quatro critérios:

- a) Impacto: refere-se às mudanças sociais que o produto causa após sua introdução.
- b) Aplicabilidade: avalia a facilidade de uso e a possibilidade de replicabilidade em diferentes contextos sociais.

- c) Inovação: mede o uso de conhecimento novo na criação do produto. Produtos que derivam de conhecimento existente são considerados técnicos ao invés de tecnológicos.
- d) Complexidade: representa o nível de interação entre os diversos elementos necessários para a elaboração e desenvolvimento do produto.

Assim, um mesmo tipo de produto desenvolvido na pós-graduação pode ser classificado como tecnológico ou técnico, dependendo de como ele se encaixa nos critérios mencionados acima.

Na quadrienal 2021-2022, a classificação de produtos técnico-tecnológicos foi utilizada por 36 áreas (Figura 2C).

5.2 Coleta das informações

Nessa seção, será discutido e ilustrado o processo de inserção das produções técnicas na Plataforma Sucupira. A inclusão é iniciada pela informação dos Dados Gerais (título e ano da produção), vinculação com trabalho de conclusão (lista suspensa para realizar a vinculação a trabalho de conclusão de curso anteriormente informado) e indicação dos autores da produção conforme sua categoria (Figura 5).

Informamos que o login federativo.br deve ser utilizado exclusivamente para autenticação inicial de ingresso a plataforma sucupira. Todas as validações internas, como ex. Solicitação de cadastro de veículo ou Envio do Coleta, necessitam de senha CAPES. Caso não a possua, clique no link "Esqueci a minha senha" no ACESSO RESTRITO da página pública, opção CAPES.

Painel de Módulos >> Portal do Coordenador >> Produção Intelectual >> Cadastrar

Listar Produção Intelectual

(1)Dados Gerais (2)Detalhamento (3)Contexto

*Título

*Ano da Publicação
2024

Trabalho(s) de Conclusão Associado(s)

A Produção é vinculada a Trabalho de Conclusão concluído? ☐

Não existem trabalhos de conclusão associados

Autores da Produção

*Categoria
-- SELECIONE --

*Nome do Autor

Adicionar Autor

Cancelar Próximo >>

Figura 5. Tela da plataforma Sucupira para início da inclusão de produção intelectual

Na aba (2) Detalhamento, indica-se o **Tipo** de produção intelectual (Artística, Bibliográfica ou Técnica, Figura 6) e, para produção técnica, o **Subtipo** da produção (Figura 7).

A interface mostra o caminho de navegação: Painel de Módulos >> Portal do Coordenador >> Produção Intelectual >> Cadastrar. Abaixo, há um botão 'Listar Produção Intelectual'. A aba '(2) Detalhamento' está selecionada entre '(1) Dados Gerais' e '(3) Contexto'. O formulário contém dois campos obrigatórios: 'Tipo de Produção' com o valor 'TÉCNICA' selecionado, e 'Subtipo de Produção' com o valor '-- SELECIONE --'. Na base do formulário, há três botões: '<< Voltar', 'Cancelar' e 'Salvar e Avançar >>'.

Figura 6. Detalhamento da produção intelectual.

Esta imagem mostra a mesma interface, mas com o menu de seleção para 'Subtipo de Produção' aberto. O menu exibe uma lista de opções: APRESENTAÇÃO DE TRABALHO, CARTAS, MAPAS OU SIMILARES, CURSO DE CURTA DURAÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO, DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO E INSTRUCIONAL, DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO, DESENVOLVIMENTO DE TÉCNICA, EDITORIA, MANUTENÇÃO DE OBRA ARTÍSTICA, MAQUETE, ORGANIZAÇÃO DE EVENTO, OUTRO, PATENTE, PROGRAMA DE RÁDIO OU TV, RELATÓRIO DE PESQUISA e SERVIÇOS TÉCNICOS. O item '-- SELECIONE --' está no topo do menu com uma seta verde. O botão 'Cancelar' está visível ao lado do menu. Na barra de rodapé, há o texto 'Versão 3.79.0', o logotipo 'Desenvolvido pela Cooperação CAPES' e o logotipo da 'UERN'.

Figura 7. Detalhamento do Subtipo de produção técnica.

A partir da escolha do Subtipo de produção técnica, abre-se o conjunto de campos obrigatórios (*) e opcionais para detalhamento da produção conforme o Subtipo. Na Figura 8 temos os campos para o Subtipo Técnica – Serviços Técnicos e o detalhamento da Natureza desse subtipo de produção técnica.

Informamos que o Login federal GOV.BR deve ser utilizado exclusivamente para autenticação inicial de ingresso à Plataforma Sucupira. Todas as validações internas, como ex. Solicitação de cadastro de veículo ou Envio de Coleta, necessitam de senha CAPES. Caso não a possua, clique no link "Esqueci a minha senha" no ACESSO RESTRITO da página pública, opção CAPES.

Painel de Módulos >> Portal do Coordenador >> Produção Intelectual >> Alterar

Natureza: Campo de preenchimento obrigatório.

Listar Produção Intelectual

(1)Dados Gerais (2)Detalhamento (3)Contexto

*Tipo de Produção
TÉCNICA

*Subtipo de Produção
SERVIÇOS TÉCNICOS

TECNICA - SERVIÇOS TÉCNICOS

*Natureza (1)
-- SELECIONE --

*Duração (1)
\$

Número de páginas (1)

*Disponibilidade (1)
RESTRITA

Instituição financiadora (1)

Quantidade de caracteres digitados: 0/255

Cidade (1)

Painel de Módulos >> Portal do Coordenador >> Produção Intelectual >> Alterar

Natureza: Campo de preenchimento obrigatório.

Listar Produção Intelectual

(1)Dados Gerais (2)Detalhamento (3)Contexto

*Tipo de Produção
TÉCNICA

*Subtipo de Produção
SERVIÇOS TÉCNICOS

TECNICA - SERVIÇOS TÉCNICOS

*Natureza (1)
✓ -- SELECIONE --
ASSESSORIA
CONSULTORIA
PARECER
OUTRA
RELATÓRIO TÉCNICO
SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE
ELABORAÇÃO DE PROJETO

Instituição financiadora (1)

Quantidade de caracteres digitados: 0/255

Cidade (1)

Figura 8. Detalhamento correspondente ao subtipo de produção técnica e, na direita, o detalhamento da Natureza desse subtipo de produção técnica.

Na Figura 8 observa-se no destaque um menu suspenso para identificar a correspondência do tipo de produto técnico escolhido entre os 21 PTT definidos no GT-PTT (Figuras 9 e 10). A partir dessa correspondência, é possível realizar a informação quanto a aderência, impacto, aplicabilidade, inovação e complexidade do PTT relatado.

Quantidade de caracteres digitados: 0/255

País [1]

Divulgação [1]
-- SELECIONE --

Idioma
PORTUGUES

Título em Inglês

Quantidade de caracteres digitados: 0/1000

Número do DOI [1]

Quantidade de caracteres digitados: 0/1000

URL do DOI [1]

Quantidade de caracteres digitados: 0/1000

(PTT) Correspondência com os novos subtipos produtos técnicos/tecnológicos
-- SELECIONE --

(PTT) Finalidade [1]

Quantidade de caracteres digitados: 0/255

(PTT) Impacto - Nível
-- SELECIONE --

(PTT) Impacto - Remuneração

Figura 9. Campo em destaque para estabelecer a correspondência do produto técnico escolhido com os 21 PTT definidos no GT-PTT.

-
- Produto Técnico Bibliográfico - Artigo publicado em revista técnica
 - Processos/Tecnologias e Produtos/Materiais não patenteados
 - Produto Técnico Bibliográfico - Resenha ou crítica artística
 - Produto Técnico Bibliográfico - Texto em catálogo de exposição ou de programa de exposições
 - Atividade de Propriedade Intelectual - Patente depositada, concedida ou licenciada
 - Atividade de Propriedade Intelectual - Desenho Industrial
 - Atividade de Propriedade Intelectual - Indicação geográfica
 - Atividade de Propriedade Intelectual - Marca
 - Atividade de Propriedade Intelectual - Topografia de circuito integrado
 - Tecnologia social
 - Curso de formação profissional - Atividade docente de capacitação, em diferentes níveis realizada
 - Curso de formação profissional - Atividade de capacitação criada, em diferentes níveis
 - Curso de formação profissional - Atividade de capacitação organizada, em diferentes níveis
 - Produto de editoração - Livro, catálogo, coletânea e enciclopédia organizada
 - Produto de editoração - Revista, anais (incluindo editoria e corpo editorial) organizada
 - Produto de editoração - Catálogo de produção artística organizada
 - Manual técnico
 - Sufranery/atividades (Programa de computador)
 - Evento organizado - Internacional e Nacional
 - Norma ou Norma regulamentar - Norma de inspeção regulamentar elaborada
 - Norma ou Norma regulamentar - Estudo de regulamentação
 - Norma ou Norma regulamentar - Elaboração de anteprojeto de normas ou de modificações de normas regulamentares
 - Norma ou Norma regulamentar - Estudos apresentados em audiência pública
 - Norma ou Norma regulamentar - Sentenças arbitrais, estudos de caso, estudos de jurisprudência e peças processuais
 - Relatório técnico conclusivo - Relatório técnico conclusivo por se
 - Relatório técnico conclusivo - Processos de gestão elaborados
 - Relatório técnico conclusivo - Pesquisa de mercado elaborada
 - Relatório técnico conclusivo - Simulação, caracterização e teste aplicados
 - Relatório técnico conclusivo - Validação de tecnologia elaborada
 - Relatório técnico conclusivo - Método de registro (inventário) elaborado
 - Relatório técnico conclusivo - Planejamento gerencial elaborado
 - Relatório técnico conclusivo - Pesquisas científicas técnicas sobre ciência, aplicação ou interpretação de normas elaboradas
 - Manual/Procedimento - Procedimento tecnológico experimental/aplicação ou interpretação de normas elaboradas
 - Manual/Procedimento - Manual de operação técnica elaborado
 - Tradução
 - Acesso - Conjunto de normas e especificações realizadas
 - Acesso - Acesso produtivo
 - Acesso - Conjunto de coleções técnicas realizadas
 - Base de dados técnica-científica
 - Código
 - Produto de comunicação - Programa de mídia realizado
 - Carta, mesa do similar
 - Produto/Processos em inglês - Impacto declarado de produção técnica ou tecnológica
 - Produto/Processos em inglês - Interesse declarado do setor empresarial em produção sob sigilo
 - Produto/Processos em inglês - Instrumentos de transferência de tecnologia (contratos) elaborados
 - Tesauristas, Ontologias e Tesouros
 - Empresa ou Organização social inovadora
 - Produto Técnico Bibliográfico - Artigo em jornal ou revista de divulgação

Figura 10. Lista de PTT definidos no GT-PTT para estabelecimento da correspondência ao produto técnico relatado.

A partir desse ponto, os aspectos críticos para qualificação do PTT podem ser

escolhidos em menus suspensos (Figura 11), bem como a inclusão de informações relevantes e justificativas e anexos.

The figure consists of two screenshots of a web form. The top screenshot shows the 'Finalidade' (Purpose) section with a text area and character count (0/255), followed by several dropdown menus for 'Impacto' (Impact) including 'Nível', 'Demanda', 'Objetivo da Pesquisa', 'Área impactada pela produção', and 'Tipo'. Below these is another text area for 'Descrição do tipo de impacto' (0/255 characters). The bottom screenshot continues the form with dropdowns for 'Replicabilidade', 'Abrangência Territorial', 'Complexidade', 'Inovação', and 'Setor da sociedade beneficiado pelo impacto'. It then includes a 'Declaração de vínculo do produto com PDI da Instituição' dropdown, a 'URL' field (0/255 characters), an 'Observação' field (0/1000 characters), and an 'Anexo' (Attachment) section with a file upload button and a green plus icon. At the bottom are navigation buttons: '<< Voltar', 'Cancelar', and 'Salvar e Avançar >>'.

Figura 11. Detalhamento do PTT quanto ao impacto, aplicabilidade, inovação e complexidade do PTT utilizando menus suspensos e possibilidade de anexar evidências.

Na tela final, é necessário estabelecer o (3) Contexto da produção quanto a

Área de Concentração, Linha e projeto de pesquisa, itens obrigatórios (Figura 12).

A interface de usuário apresenta uma barra de navegação superior com os links: "Painel de Módulos", "Portal do Coordenador", "Produção Intelectual" e "Alterar". Abaixo, há uma barra de título com o ícone de uma pasta e o texto "Listar Produção Intelectual". O formulário principal é dividido em três abas: "(1)Dados Gerais", "(2)Detalhamento" e "(3)Contexto", sendo esta última a ativa. O formulário "(3)Contexto" contém três campos de seleção suspensa: "Área de Concentração" com o texto "-- SELECIONE --", "Linha de Pesquisa" com um ícone de interrogação e o texto "-- SELECIONE --", e "Projeto de Pesquisa" com o texto "-- SELECIONE --". Na base do formulário, há três botões: "<< Voltar", "Cancelar" e "Concluir".

Figura 12. Etapa final do registro da produção intelectual estabelecendo o contexto da produção com a área de concentração, linha e projeto de pesquisa utilizando menu suspenso.

5.3 Procedimentos avaliativos

Os critérios utilizados para auxiliar na estratificação dos produtos escolhidos pelas áreas são:

- a) Aderência (critério obrigatório): critério fundamental para validar uma produção para o PPG, uma vez que os produtos devem ter suas origens vinculadas às atividades das linhas de pesquisa e projetos relacionados. Deve-se descrever o seguinte campo para avaliar este critério:
 - i) Produção vinculada ao projeto de pesquisa;
- b) Impacto: a avaliação desse critério considera as mudanças provocadas pelo produto, seja ele técnico ou tecnológico, no ambiente em que é inserido. Para avaliar esse critério, é essencial compreender a razão de sua criação, destacando a importância da demanda do produto e clarificando seu foco de aplicação. Devem ser detalhadas as seguintes informações:
 - i) Demanda: espontânea, contratada ou competitiva.
 - ii) Objetivo da pesquisa: experimental, sem foco de aplicação inicialmente definido, ou solução de um problema previamente identificado.
 - iii) Área impactada pela produção: social, econômica, jurídica etc.
- c) Aplicabilidade: refere-se à facilidade de emprego do produto para atingir seus objetivos específicos. Uma produção altamente aplicável terá uma abrangência

significativa ou potencial, incluindo possibilidades de replicação como produção técnica. Para avaliar esse critério, as seguintes características devem ser descritas e justificadas:

- i) Abrangência realizada.
 - ii) Abrangência potencial.
 - iii) Replicabilidade.
- d) Inovação: avalia o nível de inovação presente na produção. Pode-se classificar da seguinte forma:
- i) Produção com alto teor inovativo: desenvolvimento baseado em conhecimento inédito.
 - ii) Produção com médio teor inovativo: combinação de conhecimentos pré-estabelecidos.
 - iii) Produção com baixo teor inovativo: adaptação de conhecimento existente.
 - iv) Produção sem inovação aparente: produção técnica. Além da classificação, deve-se justificar sucintamente as informações que permitiram tal classificação.
- e) Complexidade: a complexidade está relacionada à diversidade de atores, relações e conhecimentos necessários para o desenvolvimento de produtos técnico-tecnológicos. Para avaliar esse critério, classifica-se da seguinte maneira:
- i) Produção com alta complexidade: desenvolvimento envolvendo sinergia ou associação de diferentes tipos de conhecimento e interação de múltiplos atores, exigindo resolução de conflitos cognitivos.
 - ii) Produção com média complexidade: resultado da combinação de conhecimentos pré-estabelecidos e estáveis.
 - iii) Produção com baixa complexidade: desenvolvimento baseado em alteração ou adaptação de conhecimento existente, sem necessariamente a participação de diferentes atores.

5.4 Dificuldades operacionais

A coleta atual de informações dos PTTs permite o relato adequado e detalhado desse tipo de produção, porém se traduz em extenso trabalho de inserção de dados

por parte das coordenações dos PPGs, em se tratando do volume completo da produção.

5.5 Sugestões

Assim como para os outros tipos de produção, sugere-se que as áreas avaliem um conjunto seletivo de PTTs destacadas. Ainda, o GT sugere o aproveitamento do sistema atual de coleta de dados da produção técnica e tecnológica instalada na Plataforma Sucupira para avaliação dos PTTs, com pequenos ajustes para classificação da produção em diferentes níveis e detalhamentos:

- Nível 1: produção total de PTTs com título e lançamento de informações básicas selecionadas em menus suspensos.
- Nível 2: destaque da produção do docente permanente, limitada a um número determinado pela área de avaliação. A descrição inclui um segundo nível de detalhamento por menus suspensos e um campo descritivo mais completo.
- Nível 3: destaque do programa, limitada ao número estabelecido pela área de avaliação para este tipo de produção como destaque do PPG no quadriênio. A descrição neste nível seria detalhada e incluiria a justificativa do destaque do PTT.

Para os produtos de destaque (Níveis 2 e 3), quando aplicável, sugere-se a indicação e justificativa da *Technology Readiness Level* (TRL) do produto.

6. Classificação de eventos

Este GT reconhece que os eventos científicos são importantes para todas as áreas, devendo ser valorizados na avaliação dos PPGs, ainda que as áreas possam decidir por não classificá-los. Em certas áreas, a apresentação de resultados científicos em eventos, dada a imediatez das incorporações e mudanças, torna-se central para a avaliação da produção, daí a necessidade de se adotar formas mais elaboradas de avaliação, como a proposta pelo GT Qualis artístico, que elaborou esse tópico para a avaliação quadrienal mais recente (2021-2022).

6.1 Breve histórico

Evento científico é uma atividade que tem como objetivos: reunir especialistas e interessados em determinadas áreas do saber para discussão de temas que atendam a preocupações comuns, com vistas à atualização e ao progresso da pesquisa científica; divulgar resultados de pesquisa e colocar os pesquisadores em debate com vistas à qualificação e validação das investigações no âmbito da comunidade científica; incentivar o desenvolvimento de campos de pesquisa ainda emergentes; promover a formação de pesquisadores por meio da interação de discentes, docentes, profissionais e grupos de pesquisa com interesse na área; e valorizar a interdisciplinaridade inerente à área.

Há diversos tipos de trabalhos publicados em anais de eventos científicos, a saber:

- a) trabalhos completos com avaliação por pares;
- b) trabalhos completos sem avaliação por pares (selecionados por meio de resumos);
- c) trabalhos curtos (com ou sem validação por pares, sendo o número de páginas variável, assim como o veículo de publicação);
- d) trabalhos curtos sem avaliação por pares (selecionados através de resumo); e
- e) resumos e resumos expandidos (com ou sem avaliação por pares).

Há também outros tipos de trabalhos apresentados, que não envolvem a publicação em anais, e que cumprem um papel apenas de divulgação, tais como: palestra, apresentação de trabalho (comunicação ou pôster), participação em mesa redonda, mediação de debates etc.

Cada Coordenação de Área deve estabelecer, a partir da estrutura básica aqui proposta, seus critérios, pesos e métricas. Sugerimos o uso do mesmo indicador de qualificação já empregado nos demais Qualis da Capes (A1 a C). A publicação de trabalhos completos em anais de eventos científicos é uma das formas mais destacadas de produção de conhecimento, de importância comparável e, em alguns casos, até superior ao da produção em periódicos. O desafio é encontrar parâmetros gerais, aplicáveis para a avaliação de artigos em Anais de qualquer área de conhecimento.

Propõe-se a troca do nome de Classificação de Eventos para Qualis Eventos, utilizando-se os mesmos estratos dos demais Qualis.

6.2 Procedimentos avaliativos

São adotados três níveis de critérios avaliativos:

- a) critérios obrigatórios: são aqueles que os produtos devem cumprir para virem a ser qualificados;
- b) critérios classificatórios: são os critérios que pontuam e a partir dos quais será realizada a estratificação (A1 a C, ou outros, caso haja mudança nesses estratos usados pela CAPES em outros Qualis); e
- c) critérios indutores: são aqueles que podem ser utilizados quando o produto mostra-se particularmente relevante para o desenvolvimento da área (para a formação discente, por situar-se em região estratégica para o desenvolvimento da área, por avançar as fronteiras do conhecimento científico, por possuir uma especial relevância regional, nacional ou internacional de acordo com os objetivos do Programa).

Para que um artigo publicado nos anais de uma conferência seja qualificado, é necessário que atenda a um conjunto de requisitos mínimos, que devem ser avaliados periodicamente pela área correspondente em diálogo com a comunidade científica. Em linhas gerais, os eventos devem ser avaliados em função de seu impacto e, complementarmente, de seu papel indutor na comunidade nacional.

Para a classificação de eventos científicos foi aplicada uma metodologia semelhante à utilizada para periódicos, ou seja, utilização de oito estratos divididos em percentis, e considerando os critérios obrigatórios descritos pelo GT Qualis artístico, ou seja:

- a) evento aderente à área;
- b) reconhecimento por entidade científica;
- c) comitê científico representativo;
- d) publicação de trabalho completo em anais;
- e) avaliação por pares de submissão de artigo completo; e
- f) registro da publicação em bibliotecas digitais.

6.2.1 Critérios obrigatórios

1. Aderência à pesquisa: a produção deve ser aderente à pesquisa realizada no PPG (projeto, grupo ou rede, linha de pesquisa).
2. Reconhecimento por entidade científica: é importante que o evento seja

reconhecido por uma entidade científica respeitada, de forma a caracterizar sua boa aceitação na área. O reconhecimento pode se dar por meio de realização, promoção ou apoio, que deve ser explícito.

3. Comitê científico representativo: o comitê científico deve ser representativo da área, composto por pesquisadores atuantes e de reconhecida liderança na subárea do evento.

4. Publicação de trabalho completo nos anais: apesar de incentivar e registrar as demais formas de publicação (trabalhos curtos, resumos e resumos expandidos), a publicação de trabalhos completos é a forma reconhecida de divulgação de resultados de pesquisa.

5. Avaliação por pares: é essencial que o trabalho seja avaliado antes da publicação, do ponto de vista da qualidade técnica e da contribuição científica. Os eventos devem possuir e explicitar critérios rigorosos de revisão por pares.

6. Registro da publicação em bibliotecas digitais: o trabalho deve ser acessível por meio de bibliotecas digitais de amplo uso. Os dados bibliográficos do trabalho devem ser facilmente acessíveis, sendo que, preferencialmente, este deve estar disponível para download.

6.2.2 Critérios classificatórios

Os critérios de classificação de eventos baseiam-se em:

1. Abrangência da entidade/associação científica, a partir da análise de se o evento é promovido por associação científica nacional/internacional, grupo de pesquisa ou PPG.

2. Composição do comitê científico, identificando se o evento possui em seu Comitê Científico membros nacionais e/ou internacionais.

3. Impacto dos trabalhos, mensurado a partir de medidas bibliométricas mostrando a relevância dos resultados publicados (por exemplo, por meio do Journal Citation Reports (JCR), quando possível, H-Index ou H5-Index) e da análise do impacto social, cultural, acadêmico do evento.

6.3.2 Critérios de indução

Entre os critérios de indução, destacam-se:

1. Relevância para a formação discente.

2. Relevância para a área em regiões estratégicas.

3. Relevância acadêmica (avanço científico-acadêmico.)
4. Relevância regional, nacional, internacional.

6.4 Sugestões

6.4.1 Sobre a qualidade da informação da coleta

Incentivar o uso de identificadores persistentes para os eventos, por exemplo, ISBN e ISSN para os anais dos eventos, nos moldes do que a Digital Bibliography & Library Project (DBLP) faz para artigos e eventos relacionados à computação.

6.4.2 Uso de identificadores

Estimular o uso de identificadores dos anais de eventos (ISSN e ISBN), assim como de artigos (*digital object identifier* – DOI), facilitando o rastreamento em sistemas de informação e futuramente o cômputo de indicadores bibliométricos.

7. Qualidade editorial, ética e acesso aberto

7.1 Práticas editoriais éticas

7.1.1 Boas práticas editoriais

O Comitê sobre Ética na Publicação (Committee on Publication Ethics – COPE) lista uma série de pontos fundamentais para o sucesso editorial na produção e divulgação do conhecimento científico⁶, a saber:

- Os periódicos devem ter práticas robustas e bem descritas para todas as áreas.
- Os periódicos devem ser transparentes sobre seus processos e práticas comerciais de acordo com princípios de transparência e melhores práticas na publicação acadêmica.
- Políticas claras e transparentes devem estar em vigor, descrevendo os requisitos para autoria e contribuição.
- Os processos de revisão por pares devem ser transparentes.

⁶ Disponível em: <https://publicationethics.org/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

- Os periódicos devem ter processos em vigor para responder a alegações de má conduta em pesquisa, publicação e revisão, seja antes ou depois da publicação.
- Os periódicos devem descrever claramente definições do que, e como, conflitos de interesse devem ser divulgados por autores, revisores, editores, periódicos e editores.
- Os requisitos para disponibilidade de dados, registro de ensaios clínicos e outros desenhos experimentais devem ser claros nas diretrizes do periódico.
- Os periódicos devem publicar diretrizes claras sobre a conduta ética da pesquisa, de acordo com as áreas de pesquisa.
- Os direitos autorais e as licenças de publicação devem ser claramente descritos, assim como quaisquer taxas cobradas dos autores ou dos leitores.
- A transparência na gestão do periódico é necessária, incluindo o modelo de negócios, políticas, processos e software para o funcionamento eficiente do periódico.
- Os periódicos devem descrever como gerenciam o debate pós-publicação e realizam correções e retratações.
- O periódico e o editor devem ter diretrizes em vigor para lidar com reclamações contra o periódico, sua equipe, conselho editorial ou o editor.

7.1.2 Práticas editoriais antiéticas

Os princípios listados pelo COPE alinham-se com a perspectiva expressa pelas coordenações de área no levantamento feito para este GT. Entende-se que práticas autorais e políticas editoriais antiéticas devam ser inibidas e que é preciso um posicionamento claro da CAPES a esse respeito. Uma das propostas aventadas é a de criação de uma comissão para revisão do estrato no qual o periódico foi classificado quando detectadas más práticas ou políticas pouco transparentes. Foi até mesmo levantado que o próprio Qualis, da forma como se organiza atualmente, pode gerar efeitos inesperados negativos, como a proliferação de periódicos que adotam más práticas editoriais e “venda de coautorias” para artigos já aceitos em periódicos classificados no Qualis, práticas essas que devem ser incisivamente coibidas. Nesse sentido, é preciso avaliar o quanto indicadores puramente quantitativos podem favorecer o aumento no número de publicações nos PPGs em prejuízo de sua qualidade e impacto, estimulando, assim, a adoção de práticas autorais e editoriais

questionáveis.

A comercialização indiscriminada de coautorias não é exclusiva para artigos publicados em periódicos, mas também é uma realidade na publicação de livros e capítulos de livros. Recentemente, a comunidade tem sido inundada de convites para publicação de textos em livros, muitos dos quais são constituídos apenas por revisões de literatura, prática a qual várias áreas foram obrigadas pela indisponibilidade forçada de acesso à laboratórios e instalações de pesquisa durante a pandemia da covid-19. No entanto, tal prática tornou-se comum mesmo após o retorno às atividades presenciais nas universidades e institutos de pesquisa, o que, no limite, desestimula o avanço do conhecimento científico de fato original. É da percepção deste GT que o estímulo à publicação de capítulos de livros que se resumem à revisão de conhecimento publicado deva ser relativizado, privilegiando, por outro lado, aquelas contribuições que podem realmente fazer avançar a ciência, sem prejuízo àquelas áreas que mais valorizam a publicação de livros e capítulos.

No que tange às más práticas editoriais e à possível identificação de editoras e periódicos que as utilizam, um grande desafio da avaliação dos PPGs será o de normatizar as consequências e encaminhamentos quando tais práticas forem reconhecidas. Ainda que devamos evitar utilizar e divulgar listas disponíveis com indicações de periódicos ditos predatórios, visto que suas origens e objetivos não são conhecidos, alguns indicativos de práticas questionáveis podem ser identificados:

- publicação de grande número de edições especiais por ano;
- baixíssimo tempo entre a submissão do trabalho e o aceite definitivo;
- descrição do processo de avaliação ausente ou pouco detalhada;
- periódico sem ISSN;
- periódico não indexado e não disponível em repositórios e bases institucionais;
- e
- título do periódico semelhante ao título de um periódico consolidado, com pequenas mudanças.

Com a adoção dos indicadores normalizados e dos percentis das distribuições para equalizar áreas e subáreas de diferentes tamanhos e com diferentes tradições de citações, foi identificado um novo tipo de manipulação por parte de alguns editores: modificar a indexação de seus periódicos ou ampliá-la incluindo as chamadas “área miscelânea”. Geralmente, essas classes apresentam percentis mais altos para indicadores mais baixos devido à falta de especificidade dos periódicos aí incluídos.

Esse procedimento altera artificialmente a posição do periódico dentro de sua área. Este GT sugere não considerar válida a indexação exclusiva nessas classes e não utilizar para efeito de classificação os indicadores obtidos nessas classes.

7.1.3 Práticas autorais questionáveis

Da perspectiva dos autores, a avaliação dos PPGs deve se atentar também para procedimentos como excesso de autocitações e "fazendas de citações", que consistem em autores que rotineira e massivamente autocitam ou citam uns aos outros para aumentar o impacto de suas publicações, e citações manipulativas, caracterizadas por comportamentos destinados a aumentar artificialmente a contagem de citações, tais como autocitação excessiva do próprio trabalho, citação excessiva ao periódico que publica o artigo citante e citação excessiva entre periódicos de maneira coordenada⁷. Sempre que esses procedimentos forem identificados pelas bases indexadoras e os periódicos receberem punições como suspensão temporária ou definitiva, o Qualis periódico deve imediatamente reclassificá-los no estrato C, conforme procedimento adotado diversas vezes.

7.2 Publicação em periódicos de acesso aberto

7.2.1 Ciência aberta e acesso aberto: definições e histórico

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (2021) define ciência aberta como uma prática inclusiva que visa tornar o conhecimento científico acessível e reutilizável para todas as pessoas, promovendo a transparência, a colaboração, o compartilhamento e a reprodutibilidade em todas as disciplinas científicas. A ciência aberta se caracteriza pela abertura de conteúdos, ferramentas e processos científicos envolvendo não apenas a comunidade científica tradicional, mas também atores sociais diversos com o objetivo de beneficiar a ciência e a sociedade. Esse modelo apoia-se em pilares como o conhecimento científico aberto, infraestruturas científicas abertas e o diálogo aberto com diferentes sistemas de conhecimento, facilitando uma participação mais ampla e democratizada no processo científico.

O movimento de acesso aberto, uma das frentes fundamentais da política de

⁷ Para mais informações, ver: <http://manuelzao.ibict.br/>.

ciência aberta, ganhou destaque no início dos anos 2000. A ideia central do acesso aberto é que os resultados da pesquisa, financiados principalmente por fundos públicos, devem ser disponibilizados gratuitamente na internet, permitindo que qualquer usuário possa ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou *linkar* os textos completos desses documentos científicos, garantindo assim maior impacto e visibilidade para os trabalhos publicados e acelerando o progresso científico e inovação.

A comunicação científica enfrenta um paradigma disruptivo com o movimento de publicação em acesso aberto. Segundo Appel e Albagli (2019), “[...] essa abordagem contrasta com o modelo tradicional de publicação de acesso restrito, em que os artigos são publicados em periódicos pagos e acessíveis apenas por meio de assinaturas”.

A emergência e evolução do acesso aberto podem ser observadas por meio de marcos históricos significativos como a criação do repositório de *preprints* ArXiv, em 1991, a criação do Scientific Electronic Library Online (SciELO) em 1998, a Declaração de Bethesda e a Declaração de Berlim sobre acesso aberto em 2003, a criação do Creative Commons, em 2005, e a publicação do Plan S, em 2018, uma iniciativa para publicação em acesso aberto apoiada pela European Commission e a European Research Council. Essas ações fundamentaram as bases práticas e conceituais para a publicação em acesso aberto e ecoam a importância de um sistema de ciência mais inclusivo e colaborativo, que permita uma interação mais dinâmica entre pesquisadores e a sociedade, fomentando um diálogo enriquecedor com outros sistemas de conhecimento, como preconiza o conceito fundamental da ciência aberta.

7.2.2 Vias de publicação

Há quatro vias tradicionais para publicação de artigos em periódicos:

- a) Periódico por assinatura: a pesquisa é publicada em periódicos com o acesso restrito apenas a assinantes.
- b) Via Verde: a pesquisa é depositada em um repositório de acesso aberto, após um período de embargo.
- c) Via Dourada: a pesquisa é publicada em um periódico de acesso aberto ou híbrido.
- d) Via Diamante: a pesquisa é publicada em um periódico de acesso aberto de universidades ou sociedade sem fins lucrativos.

As editoras de periódicos científicos adotam, para a transição para uma ciência aberta, três modelos de negócios principais:

- a) Acordos de transição com custo neutro: o custo da assinatura para leitura já incluirá a publicação considerando a abertura dos periódicos.
- b) *Read and Publish*: há um pagamento único que cobre os custos para ler o conteúdo disponível em periódicos fechados e custeia a publicação em acesso aberto.
- c) *Subscribe to Open* (S2O): modelo de negócio, desenvolvido pela Annual Reviews, que usa pagamentos de assinatura para converter periódicos de acesso fechado em acesso aberto. O S2O oferece aos assinantes de um periódico acesso contínuo com desconto sobre o preço normal da assinatura.

7.2.3 Acesso aberto no Brasil

Em 2023, o Brasil ficou na 10ª posição mundial em números de artigos científicos publicados (segundo a plataforma OpenAlex). Foram 156.800 artigos publicados, indexados na base OpenAlex. Desse total, 75% foram publicados em acesso aberto. Essa mudança é acompanhada por uma crescente adoção de modelos de negócios *subscribe to open* e *read and publish*, com o objetivo de equilibrar custos enquanto expandem o acesso às publicações, e o modelo diamante, adotado por periódicos que são financiados com recursos públicos ou por instituições. Tais modelos são parte de uma estratégia maior para transformar periódicos de acesso restrito em plataformas de livre acesso, alinhando custos de assinatura com as despesas de publicação.

No Brasil, a CAPES tem desempenhado um papel crucial nesse movimento, especialmente por meio do Portal de Periódicos. O portal tem como missão promover o fortalecimento do SNPG por meio da democratização do acesso online à informação científica internacional de alto nível. O orçamento do Portal de Periódicos para o ano de 2023 foi de R\$ 546 milhões. Foram mais de 42 mil títulos de periódicos com textos completos acessíveis pelo Portal para um número de usuários potencial de mais de 6 milhões de discentes de todos os níveis (iniciação científica, mestrado e doutorado) e docentes pesquisadores. Os resultados são expressivos: em 2023, o Portal de Periódicos da CAPES teve mais de 254 milhões de acessos registrados em 447 Instituições de Ensino Superior elegíveis.

Além disso, a CAPES tem investido em iniciativas futuras, como o Projeto

SciELO 2024-2026, que visa incentivar a editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros de alta qualidade e destacada política editorial e abrangência nas áreas de avaliação. Tais esforços têm sido complementados por acordos de leitura e publicação com grandes editoras, mostrando um comprometimento com o avanço do acesso aberto no Brasil.

7.2.4 Iniciativas para publicação em acesso aberto no âmbito da CAPES

Nos últimos anos, a CAPES tem viabilizado diferentes iniciativas relacionadas a publicações em acesso aberto, que passam por acordos assinados com editoras estrangeiras e ações de comunicação com a comunidade.

Em 2024, a CAPES assinou um acordo com a American Chemical Society (ACS) e está em negociação com a Springer Nature para facilitar a leitura e publicação sob o modelo de acesso aberto. O acordo da ACS inclui, além da leitura, a cobertura completa dos artigos aceitos para publicação nos quais o autor correspondente é um pesquisador de instituição beneficiária do Portal de Periódicos da CAPES.

O Workshop Colaborativo sobre Acesso Aberto e Acordos Transformativos no Portal de Periódicos, ocorrido em 17 de maio de 2023, proporcionou um espaço para a troca de experiências e aprofundamento das discussões sobre acordos transformativos. O Workshop das Américas, ocorrido no dia 10 de outubro de 2023, concentrou-se na análise das práticas de acesso aberto na região.

O lançamento do *hotsite* sobre acesso aberto⁸ ofereceu uma plataforma online abrangente dedicada a fornecer informações e recursos sobre o acesso aberto. Essa iniciativa visa capacitar pesquisadores, instituições e o público em geral sobre os princípios e benefícios do acesso aberto. No *hotsite* há dados sobre publicações dos PPGs, fotos, vídeos, resultados de enquetes e levantamentos realizados junto à comunidade e dados gerais.

As Portarias CAPES n. 275 e 276, ambas publicadas em 4 de dezembro de 2023, representam um marco regulatório fundamental para impulsionar iniciativas de acesso aberto no país. O estabelecimento do Programa de Apoio à Disseminação de Informação Científica e Tecnológica (PADICT) e do GT Acesso Aberto demonstra o compromisso da agência em promover e organizar esforços nessa área. A portaria CAPES n. 275/2023 institui a ação, apresentando os objetivos, a estrutura

⁸ Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez42.periodicos.capes.gov.br/index.php/acessoaberto.html>. Acesso em: 11 dez. 2024.

organizacional e as instituições participantes. A Portaria CAPES n. 276/2023, por sua vez, implementa o GT que irá propor novo objeto – o financiamento de publicação de artigos em acesso aberto –, inserindo acordos de publicação em acesso aberto no âmbito das contratações do Portal de Periódicos.

Quanto às iniciativas governamentais e colaborativas, o 6º Plano de Ação brasileiro, no âmbito da Parceria para Governo Aberto (OGP), destaca o compromisso do país com práticas colaborativas para avançar a ciência e a tecnologia. Isso inclui esforços significativos para fortalecer iniciativas de ciência aberta e publicação do conhecimento científico em acesso aberto.

Além das ações e normativas mencionadas acima, o Programa Editorial Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – CAPES é uma iniciativa conjunta que visa incentivar a editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros de alta especialização.

7.2.5 Desafios para um acesso aberto de qualidade

A publicação em acesso aberto na comunicação científica vem crescendo rapidamente, oferecendo rápida disseminação de conhecimento e maior visibilidade das pesquisas. No entanto, essa modalidade também traz consigo preocupações significativas que necessitam de atenção. Em linhas gerais, os desafios prioritários dizem respeito à sustentabilidade financeira (para enfrentamento dos custos associados ao modelo de publicação em acesso aberto), integridade e boas práticas editoriais (no sentido de manter a qualidade e a confiabilidade das publicações), licenças e direitos autorais (para compreender e internalizar as complexidades legais associadas ao acesso aberto), acesso à infraestrutura tecnológica (visando garantir que as plataformas de publicação sejam acessíveis e eficientes), além da necessidade de desenvolver políticas públicas de Estado (objetivando a promoção do acesso aberto de maneira duradoura).

Uma das principais preocupações é o financiamento do modelo de acesso aberto. Tradicionalmente, os custos associados à publicação são transferidos dos assinantes para os autores, na forma de taxas de processamento de artigos (APCs). Esse modelo cria uma barreira significativa para pesquisadores de instituições com menos recursos ou de países em desenvolvimento, limitando sua capacidade de publicar e compartilhar conhecimento. Além disso, a pressão para obter fundos para cobrir as APCs pode levar a uma proliferação de periódicos predatórios, que se

aproveitam da necessidade dos pesquisadores de publicar em acesso aberto sem oferecer os devidos processos de revisão por pares ou a preservação adequada dos registros científicos.

Outra preocupação é a manutenção da qualidade e integridade da pesquisa. No modelo de acesso aberto, a necessidade de cobrir custos operacionais pode, em alguns casos, comprometer o rigor do processo de revisão por pares. Isso pode resultar na aceitação de trabalhos de menor qualidade, prejudicando a confiança no sistema de publicação científica como um todo e impactando negativamente o avanço do conhecimento.

Finalmente, há preocupações sobre a equidade no acesso à publicação. Enquanto o acesso aberto é destinado a democratizar o acesso ao conhecimento, as disparidades na capacidade de pagar as APCs podem ampliar as desigualdades existentes no mundo acadêmico. Portanto, é evidente que a comunidade científica e os órgãos de fomento devem trabalhar juntos para desenvolver modelos sustentáveis e equitativos que apoiem tanto a livre disseminação do conhecimento quanto a qualidade e integridade das publicações científicas.

7.3. Sugestões

É essencial que as coordenações de área incluam e promovam discussões sobre a valorização dos periódicos do Brasil, participando ativamente desse processo de reconhecimento. Isso não se limita ao fomento para a melhoria dos indicadores bibliométricos, mas também envolve uma mudança na percepção das áreas em relação aos periódicos, incentivando uma avaliação qualitativa mais robusta. Tal abordagem fomentará a produção científica brasileira de alta qualidade nos periódicos do país, reforçando o papel central dessas publicações no avanço do conhecimento acadêmico-científico.

Este GT considera importante que as agências de fomento apoiem a criação e desenvolvimento de periódicos científicos brasileiros por meio de programas de incubação. Esses movimentos são fundamentais para assegurar que novos periódicos emerjam e se consolidem no cenário acadêmico, oferecendo suporte técnico, metodológico e financeiro, e garantindo, principalmente, que cumpram padrões internacionais de qualidade e boas práticas editoriais.

Considerando ainda as revistas em atividade no Brasil, faz-se necessário o incentivo à profissionalização dos periódicos científicos nacionais por meio do

estabelecimento de espaços de formação para editores e realização de oficinas. Essas iniciativas visam elevar o padrão das publicações, assegurando que os periódicos brasileiros se adequem às normas de integridade editorial, como as propostas pela Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), fortalecendo, assim, o ecossistema de publicação científica no Brasil.

A discussão sobre o papel do SciELO como uma plataforma integradora de periódicos científicos e o processo de nacionalização desse recurso é crucial para o progresso da comunicação científica no Brasil. Agências de fomento estão em posição estratégica para explorar e implementar ações que melhorem a integração de periódicos brasileiros nesta rede. O SciELO é reconhecido como referência na indexação de jornais de acesso aberto na América Latina, e potencializar sua utilização pode ampliar significativamente a visibilidade e o impacto da pesquisa científica brasileira, não apenas regionalmente, mas também em um contexto global.

Uma iniciativa importante seria a CAPES promover o apoio a campos de estudo sub-representados em plataformas globais de acesso aberto, como o OpenAlex. Essa estratégia poderia incluir a interação com as bases e identificação das razões pelas quais os periódicos não estejam indexados nas bases, facilitando sua futura indexação nessas bases. Tal abordagem não apenas expandiria a disseminação do conhecimento produzido, mas também ampliaria seu impacto, contribuindo para uma maior visibilidade e reconhecimento internacional da pesquisa brasileira.

Por fim, este GT entende que o financiamento para infraestrutura digital deva contar com o fomento de instituições como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), além de CAPES e CNPq para a sustentação e desenvolvimento da infraestrutura digital necessária para comunicação científica, editoração e publicação. Investimentos nessas áreas tem por objetivo manter a qualidade e eficiência dos processos editoriais, além de garantir que os periódicos brasileiros possam competir de forma mais equitativa no cenário internacional.

8. Qualis para além da avaliação dos PPGs

A classificação dos periódicos no Qualis não é adequada ao uso na avaliação da produção individual de cada pesquisador. Para a avaliação individual, é mais adequado o uso das citações recebidas pelos artigos – o índice h do pesquisador –

normalizado pelo ano de obtenção do título de doutor, ou a avaliação qualitativa da totalidade ou de uma parte da produção no período considerado.

Usar uma classificação cuja finalidade primeira é avaliar a produção de um PPG (docentes, discentes e egressos) a pesquisadores individuais distorce o sentido visado, visto que não leva em consideração as variações das subáreas e das diversas tradições de produção e publicação existentes no interior de cada área do conhecimento. Se, mesmo assim, houver a intenção de qualificar a produção por meio dos veículos de publicação, seria aconselhável que os estratos fossem agrupados em menor número, diluindo os problemas apontados anteriormente neste relatório.

As mesmas restrições se aplicam ao uso do Qualis na avaliação de currículos de candidatos à contratação ou promoção na carreira docente. Vale mencionar que o Qualis não lida com todo o universo de periódicos existentes, mas apenas com aqueles periódicos em que os PPGs publicaram no período referente à avaliação. Nesse sentido, sua utilização para avaliar candidatos necessariamente não dá conta da totalidade da sua produção individual.

A classificação no Qualis não remete diretamente à qualidade dos periódicos classificados. Os critérios adotados para a classificação se referem à circulação do periódico (indexação em bases bibliográficas ou bibliométricas que garantem maior visibilidade à produção) e aceitação pela comunidade acadêmica dos artigos nele publicados (indicadores de impacto bibliométrico). Infere-se, indiretamente, que periódicos com circulação ampla e índices de aceitação mais altos são capazes de selecionar os melhores entre os artigos submetidos por contarem com um procedimento de revisão por pares capaz de assegurar a qualidade acadêmica.

Entretanto, nem sempre as qualidades do veículo se refletem em todos os artigos nele publicados. A classificação no Qualis está mais relacionada à qualidade do processo editorial considerando-se os critérios que as diferentes bases indexadoras adotam para avaliar a submissão de indexação de cada periódico. O mesmo não acontece com mecanismos de busca na internet ou repositórios que não tem as mesmas exigências.

Não há nenhuma indicação de que o Qualis seja um critério adequado para a amostragem de artigos para revisões de literatura, sistemáticas ou não. Estudos que comparam a posição dos periódicos nas bases e a qualidade de artigos analisados individualmente apontam que a associação entre esses aspectos, embora exista, não se sobrepõe inteiramente, sugerindo que captam qualidades distintas e não

intercambiáveis.

Toda vez que uma classificação desenvolvida com uma intenção precípua for usada para outros objetivos será necessário compreender muito bem como ela opera e se os princípios adotados em sua construção podem servir para discriminar outras situações. Caso contrário, corre-se o risco de não mensurar corretamente o que se pretende valorizar.

Conclusões e Recomendações

O GT se dedicou a tratar de algumas frentes, cujos principais encaminhamentos seguem resumidos a seguir:

1. Qualis Periódicos

Há consenso no GT quanto aos princípios adotados para a construção do Qualis: cada periódico deve ter uma única classificação, atribuída a partir das listas de periódicos de cada área de conhecimento, identificados em bases nacionais e internacionais, e utilizando indicadores bibliométricos normalizados.

Foram identificadas necessidades de aprimoramento com relação ao uso do Qualis na quadrienal 2021-2022 nos seguintes pontos:

- 1.1. Para a definição das listas em cada área de avaliação e uso do critério de “áreas mães” e “irmãs”, sugere-se construir listas atualizadas a partir da indexação em bases bibliográficas nacionais e internacionais para cada área de avaliação.
- 1.2. A partir de sugestões apresentadas pelas áreas, outros indicadores poderiam ser analisados tendo em vista a viabilidade de incorporá-los.
- 1.3. Seguindo a recomendação do GT Qualis finalizado em setembro de 2020, sugere-se limitar o percentual de ajustes pós-classificação.
- 1.4. Possibilidade do Qualis ser utilizado apenas como instrumento interno para as comissões de avaliação. Essa alternativa teria a vantagem de evitar usos indevidos e demandas resultantes do desconhecimento do processo de classificação.
- 1.5. Consolidação do modelo de avaliação qualitativa da produção dos PPGs.

2. Classificação de Livros

O trabalho do GT Qualis livros continua válido e atualizado. Alguns problemas mencionados foram:

- 2.1. Qualidade da informação incluída pelos coordenadores dos PPGs nos sistemas da CAPES, o que enseja a necessidade de identificar corretamente o tipo de produto e preencher da forma mais completa os dados requeridos na ficha de avaliação .
- 2.2. Falta de padronização dos tipos de produtos considerados para a avaliação da produção científica, técnica, artística ou literária.
- 2.3. Volume grande de produtos nas áreas que consideram os livros em suas avaliações.

3. Qualis artístico-cultural

O GT Qualis artístico continua válido e atualizado. A partir das dificuldades apontadas, sugere-se manter no formulário do Coleta apenas as informações cadastrais mínimas sobre a totalidade dos produtos, reservando o formulário de destaques para as informações necessárias para a qualificação da produção.

4. Produção Técnica

Esse GT acompanhou parte das orientações indicadas no trabalho anterior desenvolvido pelo GT de produção técnica, apresentando neste relatório um passo a passo para o preenchimento das informações necessárias no Coleta e outras sugestões. A ficha atual permite o registro adequado e detalhado da produção técnica. Sugere-se o aproveitamento do sistema atual com ajustes para distinguir os níveis:

- 4.1. Produção total segundo os produtos selecionados em cada área de avaliação.
- 4.2. Destaque da produção de docentes permanentes, limitado ao número de produtos definidos em cada área.
- 4.3. Destaques do programa, limitado ao número de produtos estabelecidos em cada área.

5. Classificação de Eventos

Este GT reconhece a importância dos eventos científicos para as áreas. O trabalho executado pelo GT de classificação de eventos se mantém atualizado e suficiente.

A adoção de critérios obrigatórios, classificatórios e indutores conforme propostos pelo GT anterior seria facilitada caso, no Coleta, os produtos apresentados

em eventos fossem identificados por meio de identificadores como o ISSN e ISBN para os anais e o DOI para os textos completos, facilitando a localização e a extração do número de citações.

6. Qualidade editorial e publicação em acesso aberto

Este GT apresenta reflexões introdutórias sobre qualidade editorial, ética nas publicações e publicação em acesso aberto, diferenciando essa questão da ciência aberta. O GT considera essencial que as coordenações de área promovam discussões sobre estratégias para valorização dos periódicos publicados no Brasil, identificando seu papel no desenvolvimento da produção científica nacional. São apresentadas sugestões para a profissionalização, fortalecimento do SciELO e necessidade de suporte técnico, metodológico e financeiro para as boas práticas editoriais.

7. Qualis para além da avaliação dos PPGs

Este GT entende que a classificação dos periódicos no Qualis não é adequada ao uso na avaliação da produção individual de cada pesquisador. Restrições análogas se aplicam ao uso do Qualis na contratação ou promoção na carreira docente ou na mensuração da qualidade dos periódicos.

Agradecimentos

Este Grupo de Trabalho agradece as contribuições de Avelino Francisco Zorzo, Fábio de Araújo Jesus Paixão, Gerson Yukio Tomanari e José Mauro Granjeiro.

Referências

APPEL, A. L.; ALBAGLI, S. The adoption of Article Processing Charges as a business model by Brazilian Open Access journals. *Transinformação*, Campinas, v. 31, p. 1-14, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2318-0889201931e180045>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Recomendação sobre ciência aberta*. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949_por. Acesso em: 15 abr. 2024



www.capes.gov.br